

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 16

DIAP
ANFIP

Lula sanciona PL da reoneração gradual da folha de pagamentos (Notícias)..... 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Banco Central cria "alerta de golpe" para transações atípicas no Pix..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desmontagem de plataformas pode movimentar R\$ 306 bi..... 5

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dinheiro esquecido nos bancos: a grande mentira (Artigo)..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Ações contra reforma da Previdência no Supremo devem custar R\$ 132,6 bi..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Gilmar Mendes definirá se alíquota de servidor permanece progressiva..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Majoria dos planos fechados não garante "aposentadoria digna"..... 13

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Servidores federais podem ter prazo maior para pedir revisão do reajuste de 28,86%; entenda..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Simplex precisa de ajustes, diz França - LU AIKO OTTA..... 17

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Horizontes fiscais após a Reforma Tributária..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bet irregular será bloqueada em outubro..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fazenda retifica Secom sobre dinheiro esquecido..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - INOVAÇÃO, IDEIAS E EMPREENDEDORISMO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Big techs gastam milhões por ano com segurança de CEOs..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Criptomoeda opõe Trump a republicanos no Texas..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Restrição fiscal limita programa de estímulo a investimentos (Editorial).....	27
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Lula sanciona desoneração com vetos.....	29
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
É precoce a discussão sobre elevação nos juros (Artigo).....	30
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES ECONOMIA	
"Aumentar Selic é medida excessiva e coloca o Brasil na contramão do mundo", alerta CNI - CAPITAL S/A	
.....	32
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
A dívida não mente (Editorial).....	34
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Fraqueza política, despreparo e negacionismo - ZEINA LATIF.....	35
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar recua para R\$ 5,48 antes de Fed e Copom.....	37
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Investimento da União cresce em 2024, mas segue insuficiente.....	39

Lula sanciona PL da reoneração gradual da folha de pagamentos (Notícias)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, com vetos, a proposta de desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e municípios com até 156 mil habitantes. A sanção foi publicada em edição extra do DOU (Diário Oficial da União), desta segunda-feira (16).

A cobrança sobe para 10% em 2026 e alcança 20%, em 2028. Durante o período de transição, a folha do 13º salário continua integralmente desonerada | Foto: Reprodução

A nova Lei 14.973, de 16 de setembro, entra em vigor até o fim deste ano, prevê a reoneração gradual da folha de pagamentos, a partir de 2025. Para setores beneficiados, a contribuição previdenciária será aumentada em 5% ao ano, alcançando 20% em 2028.

A cobrança sobe para 10% em 2026 e alcança 20% em 2028. Durante o período de transição, a folha do 13º salário continua integralmente desonerada.

Os municípios terão alíquota de 8% em 2024, que aumentará progressivamente para 20% até 2027.

Entenda a proposta

O PL (Projeto de Lei) 1.847/24, do senador Efraim Filho (União Brasil-PB) foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 12 de setembro. O projeto surgiu após o STF (Supremo Tribunal Federal) considerar inconstitucional a Lei 14.784/23, que prorrogava a desoneração até 2027, entretanto, sem fontes adequadas de financiamento.

O impacto financeiro da desoneração é significativo: o governo estima custo de R\$ 26,2 bilhões para 2024 e total de R\$ 44 bilhões até 2027, mesmo com a reoneração gradual.

A nova lei inclui medidas de compensação, como a atualização de imóveis e repatriação de recursos não declarados. Além disso, foram incorporadas disposições para direcionar valores esquecidos em contas bancárias ao Tesouro Nacional, com veto ao prazo que permitiria reclamações até 31 de dezembro de 2027, devido a conflitos com a legislação vigente.

A sanção também contou com emenda que regula a apropriação de depósitos judiciais e recursos

esquecidos. Com 231 votos favoráveis e 54 contrários, a emenda foi aprovada para assegurar que os valores esquecidos em contas bancárias possam ser utilizados para compensar a redução na arrecadação causada pela desoneração.

Renúncia tributária

Para o auditor fiscal da **Receita Federal**, Wanderson Dias Ferreira, a volta da reoneração da folha de pagamentos foi decisão necessária.

"A renúncia tributária decorrente da desoneração não resultou na contrapartida esperada para a sociedade, seja no aumento e na estabilidade dos empregos ou no crescimento das atividades econômicas agraciadas ao longo do tempo", pontuou.

"Desta forma, a reversão dessa espécie de gasto tributário é necessária, porque além do equilíbrio fiscal, devolve os recursos para o financiamento da **Previdência Social**", acrescentou.

Entretanto, o auditor fiscal, que também integra a **Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil)**, demonstra preocupação com o uso do "dinheiro esquecido" como compensação.

"O malabarismo fiscal com as contas do dinheiro esquecido para propiciar um período de transição até o fim de 2027 é bastante heterodoxo", declarou Ferreira.

Site:

<https://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/9200-0-lula-sanciona-pl-da-reoneracao-gradual-da-folha-de-pagamentos>

Banco Central cria "alerta de golpe" para transações atípicas no Pix

THAÍS BARCELLOS *thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br*
BRASÍLIA

Os bancos serão obrigados a enviar um "alerta de golpe" para os usuários do Pix em caso de transações consideradas atípicas. A medida deve entrar em vigor a partir do ano que vem.

O Pix vem sendo alvo de fraudes cada vez mais sofisticadas, ainda que o índice de golpes seja considerado relativamente baixo: em média, sete em cada 100 mil operações.

A decisão foi tomada pelo Banco Central (BC) na semana passada, seguindo uma sugestão do Fórum Pix, grupo que reúne participantes do mercado sob a supervisão da autoridade monetária. A medida entrará em vigor seis meses após a publicação no Manual de Experiência do Usuário do Pix, ainda sem data prevista.

Cada instituição participante do Pix deve ter autonomia para definir premissas, parâmetros e critérios para envio do alerta aos clientes.

No Fórum Pix, o BC também acatou a sugestão de criar uma penalidade de R\$ 100 mil para os participantes que descumprirem regras relacionadas às chaves Pix. A multa também entrará em vigor seis meses após o ajuste do Manual de Penalidades. A validação do nome ou razão social na base da **Receita Federal** também será obrigatória na criação ou alteração de chaves Pix.

Além disso, o BC pretende, periodicamente, "limpar" a base de dados do Pix, excluindo chaves fora da conformidade. Não há data para isso.

Outra proposta é melhorar o Mecanismo Especial de Devolução (MED), que não tem sido eficaz em rastrear o dinheiro desviado por criminosos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Desmontagem de plataformas pode movimentar R\$ 306 bi



Petrobras iniciou plano de desmontar 23 plataformas nos próximos cinco anos

Fábio Couto e Kariny Leal Do Rio

A desmontagem de plataformas marítimas (offshore) e terrestres (onshore) de petróleo e gás, conhecida como descomissionamento, deve gerar um fluxo de investimentos no país da ordem de R\$ 306 bilhões nos próximos 30 anos, conforme estudo da Aurum Tank. A desativação das unidades envolve remoção de instalações, destinação adequada de materiais, resíduos e rejeitos, recuperação ambiental da área e preservação de condições de segurança de navegação local para que se retorne às condições ambientais anteriores à produção. Apesar dos valores bilionários, o desmantelamento das estruturas esbarra em desafios ambientais e tributários.

O descomissionamento é obrigatório, previsto nos contratos de concessão firmados com as petroleiras, uma vez que termina a vida útil dos campos de produção. A medida pode envolver a reutilização ou reciclagem dos materiais em outras indústrias, como sucata.

A plataforma da Petrobras P-32 será a primeira a ser desmontada no Brasil. A Shell realizou descomissionamento de uma unidade que operava na Bacia de Campos, o FPSO Fluminense, mas o ativo foi enviado para desmontagem no exterior. "Creio que essa é uma avenida que o Brasil, como indústria, deveria investigar. Há oportunidade para que

estaleiros se capacitem, desenvolvam tecnologia e se preparem para essa oportunidade que está vindo, em vez de deixar esse navio sair do país", disse o presidente da Shell Brasil, Cristiano Pinto da Costa.

A Petrobras iniciou o plano de desmontar 23 plataformas nos próximos cinco anos. As duas primeiras unidades foram arrematadas pela Gerdau em licitação: a P-32 e a P-33. A Ocyan venceu outro certame, da retirada dos dutos, tubulações e equipamentos submarinos, por R\$ 900 milhões. A P-32 está no Estaleiro Rio Grande, da Ecovix, no Rio Grande do Sul, e a P-33 está no Porto do Açú, no Rio, para serviços prévios, antes de seguir para desmontagem, também no estaleiro Rio Grande.

Para a Petrobras, o descomissionamento está em processo de aprimoramento para incorporar lições aprendidas e melhores práticas da indústria. "Muitos aprendizados, tanto para a Petrobras, quanto para o mercado nacional, estão sendo extraídos desse processo", avalia, em nota.

Segundo levantamento da Aurum Tank, o total de investimento considera 240 plataformas instaladas no país, incluindo as que ainda serão construídas e entrarão em operação nos próximos anos. O movimento deve ser em duas fases: a primeira, principalmente, com unidades das bacias de Campos e Sergipe-Alagoas e a segunda com plataformas do pré-sal de Santos.

A primeira onda envolverá investimentos de R\$ 115,1 bilhões até 2036, e a segunda, de R\$ 191 bilhões, segundo a consultoria de José Mauro Coelho, ex-presidente da Petrobras e ex-secretário de petróleo e gás do Ministério de Minas e Energia (MME), e de Guilherme Mercês, ex-economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio, Serviços e Turismo (CNC) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Entre 2037 e 2040, projeta-se o maior volume de investimentos, com R\$ 69,7 bilhões voltados para desmontar 23 unidades, sendo 17 na Bacia de Campos e o restante na de Santos. O valor pode aumentar, considerando os investimentos em novas fronteiras petrolíferas, como a Bacia de Pelotas e a Margem Equatorial.

O licenciamento de empresas que fazem o desmantelamento das embarcações é de competência dos órgãos estaduais de meio ambiente, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

As petroleiras fazem provisões e apresentam garantias à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para assegurar recursos para a desmontagem das instalações. É o chamado custo do abandono ("abex"), que se alinha às despesas de investimento ("capex") e de operação ("opex").

"O negócio de um operador é produzir petróleo, mas não fazer o abandono do campo. Mas é obrigação fazer ou contratar alguém que faça o abandono", disse Coelho.

Há alguns desafios para que esse mercado se consolide no país. Um deles é tributário, pois as plataformas, em geral, são enquadradas no regime tributário especial denominado Repetro, que permite incentivos à exportação das que foram produzidas no Brasil. O regime admite importação temporária de plataformas e equipamentos, com suspensão dos **tributos** aduaneiros. No caso do descomissionamento, ainda não está claro se a atividade está enquadrada.

Jeniffer Pires, sócia do Kincaid Mendes Vianna Advogados, diz que falta um regime aduaneiro que preveja regras de desmantelamento de plataformas. "A norma brasileira não atende à atividade de reciclagem de embarcações.

O ideal é que a indústria não perca a oportunidade de fazer descomissionamento no Brasil." A especialista na área de petróleo afirma que a falta de legislação adequada pode levar as companhias do setor a deixarem de trazer um incremento ao Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro, caso a atividade não seja regulamentada.

"Tanto os órgãos ambientais quanto a **Receita Federal** não estão abertos para essa oportunidade de modernizar um setor importante como a indústria naval. O Brasil tem a chance de se tornar um polo, como alguns países asiáticos são. Se nada for feito, as empresas devem escolher fazer o desmantelamento de plataforma em outros países." A primeira plataforma a ser desmontada no Brasil, a P-32, enfrenta um impasse por conta dos resíduos de água oleosa encontrados na desmontagem. Segundo a Petrobras, a plataforma pertence agora à Gerdau, com quem está tratando sobre as providências.

"Quando a unidade chegou no estaleiro para iniciar as atividades de desmonte, constatou-se um

desalinhamento entre a expectativa da Gerdau e a real condição de limpeza da plataforma", disse a estatal.

Procurada, a Gerdau diz que tem tomado providências, respeitando limites legais, ambientais e de saúde dos colaboradores. A empresa reforçou o ganho ambiental do uso da sucata metálica como matéria prima na produção de aço.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187988>

Dinheiro esquecido nos bancos: a grande mentira (Artigo)

Nadir Silveira Dias

Nadir Silveira Dias - Jurista, escritor e jornalista

Ninguém esquece dinheiro. Especialmente no Brasil, onde a falta de atendimento ao bem comum do povo é uma realidade gritante há décadas. E piorando dia a dia. O aumento de **tributos** pelo poder público é diário. A falta de trabalho digno é real. A redução de salários de quem ainda o tem também é real. O real perde valor e em todo o Brasil há múltiplos imóveis para alugar e para vender que poucos podem alugar ou comprar. Todas as profissões estão com seus ganhos diminuídos e as famílias perdem condições a cada dia. A cesta básica ou abastada cresce de preço todo dia.

A gasolina tem preço elevado e só desce para subir de novo e aumenta o preço do que qualquer pessoa precisa comprar. E as pessoas que conseguiram permanecer são nesse quadro dantesco ainda têm que ouvir na mídia que os brasileiros esquecem dinheiro nos bancos. Que farsa! Que engodo! Há quem creia que as pessoas que sequer ganham o salário mínimo tenham dinheiro esquecido nos bancos? Então, a conclusão é óbvia: quem tem dinheiro dito "esquecido nos bancos" tem CPF ou CNPJ e não foi esquecido.

Foi dinheiro indevidamente retido, segurado, não devolvido para a conta de onde foi retirado. E quem tem CPF ou CNPJ pode ter devolução on-line na própria **Receita Federal**. E qual é o meio escolhido? Ir buscar on-line no Banco Central, ambiente digital muito complicado para que poucos consigam sacar o que é dito como "esquecido". Aliás, muito de acordo com a atual pretensão do governo da vez de se apropriar desse dinheiro para cobrir os rombos de sua temerária gestão.

É tão grande a mentira, é tão grande o engodo, é tão grande a falsidade que eu conheço pessoas graduadas que tentaram e não conseguiram retirar o dinheiro que consta no seu CPF simplesmente porque a devolução se faz somente para quem usa Pix. E não há lei que obrigue a quem quer que seja a ter Pix para receber a quantia a que tenha direito a qualquer título. Portanto, afirmo que não há nenhum brasileiro residente no Brasil ou no exterior que tenha esquecido dinheiro nos bancos. Todo dinheiro dito "esquecido" nunca foi esquecido pelos seus titulares. Foi

indevidamente retido ao longo dos anos. Mas é óbvio que você pode pensar a respeito o que quiser.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11209>

Ações contra reforma da Previdência no Supremo devem custar R\$ 132,6 bi

AMANDA PUPO E LAVÍNIA KAUCZ

O governo deve sofrer derrotas no Supremo Tribunal Federal (STF) em ações que questionam a reforma da Previdência que terão um impacto de pelo menos R\$ 132,6 bilhões nas contas públicas. O número é apontado em nota técnica da Advocacia- Geral da União (AGU), obtida com exclusividade pelo Estadão/Broadcast. Embora o julgamento das ações na Corte esteja suspenso por pedido de vista do ministro Gilmar Mendes (mais informações na pág. B2), outros dez ministros já votaram e formaram maioria para derrubar quatro trechos da reforma.

Em dois deles, a União deverá ser impedida de acionar gatilhos que poderiam reduzir o déficit atuarial (desequilíbrio entre os recursos disponíveis) do chamado Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) em R\$ 126,5 bilhões. Também foi formada maioria para derrubar o artigo que cria cálculos diferenciados para as alíquotas da contribuição paga por mulheres no regime geral e no regime do serviço público.

Esse último caso tem risco fiscal estimado em R\$ 6,1 bilhões para o RPPS, de acordo com a nota da AGU. Até a proclamação do resultado, os integrantes da Corte ainda poderão alterar os seus votos.

Os reverses para a reforma da Previdência, em vigor desde 2019, acontecem num momento em que os especialistas já defendem a necessidade de um novo endurecimento das regras das aposentadorias, diante do rombo nas contas previdenciárias públicas que deve se aprofundar nos próximos anos. Para 2025, o déficit projetado para o regime próprio dos servidores civis da União é de R\$ 56 bilhões, o que corresponde a 0,49% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Para 2026, a previsão é de um saldo negativo de R\$ 61,6 bilhões, ou 0,50% do **PIB** projetado.

No caso do regime geral (demais trabalhadores, com exceção dos servidores), o rombo previsto para este ano é da ordem de R\$ 272,5 bilhões, ou 2,4% do **PIB**.

Como mostrou o Estadão/Broadcast, para 2025 a cifra fica praticamente estável em relação ao **PIB**, mas os economistas estimam que o déficit pode saltar para 10% do **PIB** em 30 anos.

QUESTIONAMENTOS. O projeto de reforma da Previdência proposto pelo governo Jair Bolsonaro previa uma economia inicial de R\$ 1 trilhão em 10 anos, mas o texto aprovado em outubro de 2019 garantiu um impacto de cerca de R\$ 800 bilhões, segundo as contas da equipe econômica da época.

Se a reforma aprovada já era considerada insuficiente, diante dos processos no STF nem a sua integralidade agora está garantida.

O assunto chegou à Corte por meio de um conjunto de 13 ações, que, se aceitas, representariam um aumento no déficit atuarial do RPPS de R\$ 497,9 bilhões - um dos maiores riscos fiscais contabilizados no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano.

No total, as demandas judiciais contra a União totalizam um risco fiscal de R\$ 1,17 trilhão.

O montante, porém, é visto como conservador, porque não inclui os R\$ 126,5 bilhões referentes a dois trechos que representariam, segundo a AGU, "tão somente uma mera possibilidade de redução do déficit" - por se tratarem de gatilhos que poderiam ser acionados pela administração.

Um desses gatilhos, já considerado inválido pela maioria dos ministros do STF, prevê que, quando houver rombo na Previdência, a base de cálculo da contribuição de aposentados e pensionistas (inativos) pode ser ampliada - a regra geral estabelece que a base não pode ser maior do que um salário mínimo. O governo estima que perde a chance de reduzir o déficit atuarial em R\$ 55,1 bilhões com o veto ao mecanismo.

Outro ponto sob ameaça estabelece que, se a ampliação da base de cálculo não for suficiente para equilibrar o rombo, poderá ser criada contribuição extraordinária para inativos e **servidores públicos**. A perda dessa alternativa pode impedir a redução do déficit em mais R\$ 71,4 bilhões, diz a AGU.

Os números foram levantados em novembro do ano passado pelo Ministério da **Previdência Social** e repassados à AGU, que faz a defesa da União no STF. Segundo a nota técnica da AGU, todos os impactos referentes às regras de cálculo e de concessão dos benefícios foram realizados sobre

futuros benefícios, não abrangendo os atuais, "uma vez que estes foram considerados como direito adquirido, não sendo, portanto, atingidos por futuras alterações na legislação".

Por último, a Corte também já tem oito votos para invalidar trecho da reforma que anula as aposentadorias já concedidas por contagem recíproca (soma do tempo de contribuição no regime geral e no regime do serviço público) sem o recolhimento da respectiva contribuição.

A prática ocorria principalmente no meio jurídico: ao ingressar na magistratura, advogados que atuavam como profissionais liberais conseguiam contabilizar o tempo de serviço anterior mesmo sem demonstrar que contribuíam ao **INSS**. A reforma passou a exigir a comprovação da contribuição. Pelos votos proferidos até agora, a regra não pode retroagir, o que exclui a possibilidade de a União entrar com ação rescisória.

Em suspenso

O trâmite das ações que questionam a reforma está suspenso por pedido de vista de Gilmar Mendes

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gilmar Mendes definirá se alíquota de servidor permanece progressiva

AMANDA PUPO E LAVÍNIA KAUCZ

Em jogo no Supremo Tribunal Federal, a invalidação de alíquota progressiva para a contribuição previdenciária de **servidores públicos** pode aumentar o déficit atuarial do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) em R\$ 73,8 bilhões, de acordo com a nota técnica da Advocacia-Geral da União (AGU) obtida com exclusividade pelo Estadão/Broadcast.

A decisão caberá ao ministro Gilmar Mendes, cujo voto vai desempatar o julgamento sobre esse trecho da reforma da Previdência.

Em junho, quando apresentou pedido de vista, Mendes suspendeu a análise desse ponto, cujo placar estava em 5 a 5.

O questionamento às alíquotas progressivas no caso dos servidores faz parte de um pacote de 13 ações contra diversos pontos da reforma, em vigor desde 2019. Ao todo, a União estimou um risco fiscal de R\$ 497,7 bilhões para todos os processos.

Já há maioria para invalidar quatro artigos, mas os dez votos proferidos até o momento confirmaram a constitucionalidade da maior parte dos trechos.

Antes da reforma, a alíquota previdenciária dos servidores era fixa em 11%, independentemente da remuneração. A partir de 2020, as alíquotas passaram a ser escalonadas por faixa salarial, entre 7,5% e 22%. Na prática, o teto da alíquota efetiva gira entre 14% e 15%. Entidades do funcionalismo público ajuizaram ações contra a progressividade alegando que ela é confiscatória.

"Para o servidor, se levar até o teto, na prática houve um aumento de 3%, mas nada que pudesse, a princípio, convencer o Supremo de que há um confisco", avalia Diego Cherulli, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDPprev).

ROMBO. De acordo com o governo, a inconstitucionalidade dessas normas resultaria em substituição das alíquotas progressivas, previstas para o RPPS da União, pela alíquota linear anterior de 11%, para os segurados, e de 22% para o ente federativo.

Nessa hipótese, o valor presente atuarial das

contribuições seria reduzido em 20,02%, aumentando o rombo do regime próprio em R\$ 73,8 bilhões.

Até o momento, votaram a favor da alíquota progressiva os ministros Luís Roberto Barroso, Cristiano Zanin, Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Luiz Fux. Foram contrários à progressividade os ministros Edson Fachin, Rosa Weber (já aposentada), Dias Toffoli, Cármen Lúcia e André Mendonça.

Até a proclamação do resultado, contudo, os votos ainda podem ser alterados.

O prazo de 90 dias para Gilmar devolver o processo para julgamento vence em meados de outubro. A partir da devolução, caberá ao presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso, definir uma data para o julgamento.

"EXTREMAMENTE DELICADO". A expectativa de advogados ouvidos pelo Estadão/Broadcast é de que o ministro defenda a progressividade da alíquota, já que costuma invocar a responsabilidade fiscal em seus votos. Além disso, antes de pedir vista, o ministro citou o rombo previdenciário e afirmou que o julgamento é "extremamente delicado" porque trata da declaração de inconstitucionalidade de uma emenda à Constituição.

"Certamente, estamos a falar de uma emenda constitucional que, já na sua concepção original, serviu para atenuar, mas não serviu para debelar, o grande déficit hoje existente nessa seara e que repercute sobre Estados e municípios", afirmou.

As novas regras para os servidores também foram destacadas na mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que foi encaminhada ao Congresso com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do próximo ano. No texto, Lula destaca a adoção de alíquotas progressivas como um dos itens responsáveis pela "forte redução" do déficit do RPPS em relação ao **PIB** desde 2020.

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, já há maioria formada em um caso com impacto de R\$ 6,1 bilhões, de acordo com a nota da AGU. Os ministros da Corte consideraram inconstitucional o dispositivo que cria cálculos diferenciados para o valor do benefício das mulheres nos dois regimes da Previdência.

"HIPÓTESE EXTREMA". Dos demais pontos questionados, uma das regras que, derrubada, poderá causar o maior prejuízo para o regime próprio trata do cálculo da contribuição previdenciária de inativos. O caso tem impacto estimado em R\$ 227,3 bilhões.

Outro ponto, avaliado em R\$ 131,5 bilhões, criou novas regras de transição para servidores que ingressaram em cargo efetivo antes de 2003. O Supremo já tem ampla maioria, de 10 votos, para manter esses trechos da reforma.

O governo ainda projetou o que poderia ocorrer se, numa "hipótese extrema", toda a reforma fosse declarada inconstitucional pelo STF. Nesse cenário, haveria uma redução do valor presente atuarial das contribuições em 31,25% e aumento do valor presente atuarial dos benefícios a conceder em 37,43%. Isso aumentaria o déficit atuarial do RPPS da União em R\$ 389 bilhões.

"Certamente, estamos a falar de uma emenda constitucional que, já na sua concepção original, serviu para atenuar, mas não serviu para debelar, o grande déficit hoje existente" Gilmar Mendes Ministro do STF

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF E A PREVIDÊNCIA

Como está o julgamento de cada tema no Supremo

EM BILHÕES DE REAIS

● MAIORIA PARA MANTER ● EMPATADO ● MAIORIA PARA DERRUBAR

STATUS/TEMA	IMPACTO NO DÉFICIT SE DERRUBADO
● VEDAÇÃO À INSTITUIÇÃO DE NOVOS RPPS	227,3
● REGRA DE TRANSIÇÃO	131,5
● PROGRESSIVIDADE DAS ALÍQUOTAS DO RPPS	73,8
● CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA	71,4
● REVOGAÇÃO DO REGIME DE TRANSIÇÃO	58,7
● AMPLIAÇÃO BASE DE CÁLCULO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS	55,1
● CÁLCULO DIFERENCIADO PARA MULHERES NO RGPS E RPPS	6,1
● REGRA SOBRE CONTRIBUIÇÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS COM DOENÇA INCAPACITANTE	0,89
● EXCLUSÃO DA HIPÓTESE DE APOSENTADORIA INTEGRAL POR INCAPACIDADE PERMANENTE	0,48

FONTE: APLI (INECGRÁFICO) ESTABO

Maioria dos planos fechados não garante "aposentadoria digna"



Liane Thedim Do Rio

Estudo da consultoria Mercer aponta que, de um universo de 665 planos mantidos por fundos de pensão, 72% não acumulam, no atual cenário de sua carteira de investimentos, recursos suficientes para uma aposentadoria considerada digna, conceito que significa manter o padrão de vida financeira de quando o participante estava na ativa, levando em conta que mudam os gastos com remédios, planos de saúde e lazer.

"Boa parte dos fundos de pensão tem batido metas de resultados, mas o nível de contribuição é baixo", diz Tiago Calçada, diretor de previdência da Mercer Brasil. O estudo considera que o beneficiário irá se aposentar aos 60 anos e projeta um retorno de juros de 4%, 5% e 6% ao ano no longo prazo.

Essa parcela de 72% dos planos, mostra o relatório, fica na faixa de rendimento até 4%, o que significa que, mantendo o atual ritmo de contribuições com esse nível de retorno, pagará um benefício inferior a 40% do salário final.

Do total de planos avaliados pela consultoria, o pior cenário é os dos planos do tipo Contribuição Definida (CD), que começaram a ser adotados no mercado depois, por volta de 1995, e não têm garantia de renda. Somente 21,1% dos 246 dessa categoria têm

saldos acumulados suficientes para pagar a previdência digna.

Já os de Benefício Definido (BD), os primeiros a serem criados e que deixaram de aceitar novos participantes com a chegada do tipo Contribuição Definida, têm benefícios estabelecidos já na contratação. Esses planos somam 419 da amostra e apenas 32,2% garantiriam uma aposentadoria digna.

"Vamos ser um país de idosos em pouco tempo, teremos mais gente recebendo do que pagando à Previdência", afirma Calçada.

"É preciso que a aposentadoria não mais seja vista como a fase final da vida, mas como um momento que se deve desfrutar com qualidade, e a solução é a **previdência complementar**." Segundo Calçada, 75% dos planos podem estar com contribuições abaixo do necessário. "Em percentual, a literatura mundial manda que a contribuição seja de 15% do salário, ou seja, 7,5% do empregado e 7,5% da empresa, mas só 25% das empresas têm esse nível de contribuição." Além disso, o perfil de cada participante deveria ser observado para, quando for o caso, ampliar ou passar a alocar em investimentos com maior risco que dão maior retorno. "O departamento de recursos humanos da empresa não pode achar que vai decidir o melhor perfil", diz ele.

Uma terceira medida que faria diferença no quadro do setor seria as empresas investirem em educação financeira e, "de fato olharem para a jornada de bem estar financeiro do empregado", comenta Calçada. A ideia é mostrar ao funcionário a importância de aumentar a contribuição para a aposentadoria. Pesquisa da consultoria mostra que apenas 23% das empresas no Brasil praticam ações voltadas à saúde financeira de seus colaboradores.

Outras 13% têm intenção de adotar algo nessa linha.

Ao mesmo tempo, dados da Mercer mostram que 79% dos funcionários dizem esperar que a empresa ajude no planejamento da aposentadoria. "A companhia tem que ser protagonista, tem o dever social de participar do processo de planejamento financeiro." Uma ideia de adequação, pontua o executivo, seria, por exemplo, o empregado de perfil conservador ser incentivado a contribuir mais e o arrojado, a assumir mais risco.

A Mercer ouviu também 800 empresas e verificou que 51% ofereciam benefícios de previdência, patamar que pela primeira vez ficou acima de 50% em mais de 20 anos. O diretor da consultoria diz que a tendência é de mais grandes empresas oferecendo o benefício, já que o incentivo fiscal é direcionado a companhias com lucro real. As que pagam **impostos** sobre lucro presumido, ou seja, pequenas e médias, não têm permissão para deduzir suas contribuições.

Ele cita que somente de 8% a 9% da população brasileira têm plano de previdência privada, cobertura que precisaria ser ampliada com políticas públicas de incentivo. "Se nada for feito agora não vai haver tempo para reagir lá na frente.

Uma solução seria empresas de lucro presumido também terem incentivo para oferecerem planos para seus funcionários." Jarbas de Biagi, presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp), diz que os fundos de pensão não personalizam o plano, mas, por outro lado, permitem ganho de escala ao participante, que consegue as melhores taxas com o maior poder de negociação da instituição.

Mas ele concorda que é preciso aumentar o investimento em educação financeira e previdenciária para conscientização da população, inclusive incluindo o tema na grade curricular das escolas, medida recentemente sugerida pela entidade ao Ministério da Previdência.

Biagi cita que a Abrapp tem um programa de universidade corporativa, que tanto oferece cursos sobre governança e prevenção à lavagem de dinheiro, por exemplo, quanto de planejamento financeiro e para a aposentadoria.

"A companhia tem dever de participar do planejamento financeiro" Tiago Calçada

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187988>

Servidores federais podem ter prazo maior para pedir revisão do reajuste de 28,86%; entenda

Cristiane Gercina

Os **servidores públicos** federais que estavam na ativa ou eram aposentados do serviço público em 1993 podem ganhar mais prazo para pedir a revisão do reajuste salarial de 28,86%. A correção dá direito a atrasados de até R\$ 1 milhão, dependendo do caso, do valor do salário e do tempo de espera pelo direito ao reajuste, entre outros. Herdeiros também podem receber.

O prazo para pedir diferenças não pagas em reajuste salarial venceu no dia 2 de agosto. No entanto, o MPF (Ministério Público Federal) entrou com uma ação de protesto que amplia esse prazo enquanto as partes forem ouvidas, ou seja, a prescrição poderá ser interrompida, assim como é feito em ações individuais.

Segundo o advogado Daniel Conde Barros, sócio da área de direito administrativo do Martorelli Advogados, os servidores poderão ganhar mais 30 meses para fazer o pedido, mas é preciso saber que há risco, pois há chance de a Justiça entender que ações civis públicas não têm direito à reabertura de prazo.

De acordo com o advogado Marcos Henrique Feitosa Maciel, da área de atendimento ao servidor do Martorelli Advogados, se não fosse tomada nenhuma medida, o prazo acabaria em 2 de agosto.

No entanto, o MPF ingressou com ação antes da data-limite, em 10 de junho, atendendo um dos requisitos legais para interromper a chamada prescrição.

Com a decisão da Justiça de convocar as partes interessadas para que apresentem seus argumentos, há a possibilidade de o servidor ganhar mais dois anos e meio para pedir a revisão.

"A partir do momento que há o despacho determinando as citações isso nos traz a conclusão que foi recebida a ação de protesto, e os requisitos formais foram atendidos; então reabre o prazo, só que em metade do período", diz.

Maciel diz que o novo prazo começa a contar em 10 de junho de 2024, quando o MPF entrou com a ação

de protesto.

O aumento foi reconhecido pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em processo que teve início na década de 1990, mas só chegou ao final em 2019.

Têm direito à correção os servidores que ainda não recorreram à Justiça e quem já tem ações em andamento ou acordos administrativos, mas cujas diferenças salariais não foram totalmente analisadas. A extensão do prazo inclui também os beneficiários de servidores falecidos que não buscaram o reajuste em vida.

A revisão surgiu após o governo do então presidente Itamar Franco conceder aumento salarial de 28,86% aos militares e deixar de fora funcionários públicos do Poder Executivo, que foram à Justiça.

Após a ação chegar totalmente ao final, quando ocorre o trânsito em julgado, foi definido período de até cinco anos para que os servidores com direito ao reajuste pedissem as diferenças não pagas, prazo que venceu no último dia 2 de agosto.

O valor a ser recebido vai variar conforme o salário à época, corrigido pela **inflação** e convertido para real. São beneficiados funcionários públicos da administração direta, além de servidores de órgãos como a **Receita Federal**, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), entre outros.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O direito ao reajuste também pode variar e nem todos receberão um percentual exato de 28,86%. Isso ocorre porque houve a reestruturação de diversas carreiras nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT), fazendo com que a diferença percentual de quem ainda não havia recebido o reajuste fosse diminuída ou, até mesmo, zerada.

É preciso procurar um especialista em cálculos para fazer as contas e, depois, levar o caso a um advogado. Há escritórios de advocacia, no entanto, que fazem os cálculos antes do início da ação para saber se o cliente terá direito.

Servidores do Judiciário e do Legislativo não têm direito de pedir a revisão. Esses dois Poderes optaram por conceder o mesmo reajuste para seus funcionários após a briga na Justiça ter início, respeitando o que previa a Constituição Federal de 1988, de que os reajustes salariais deveriam ser iguais para os funcionários dos três Poderes.

A aprovação do reajuste foi possível após o MPF em Mato Grosso ingressar com ação civil pública pedindo a extensão do aumento salarial aos servidores federais do estado. A ação tem âmbito nacional, mas, em alguns casos, como no das universidades, apenas órgãos que tinham sede em Mato Grosso foram beneficiados.

Servidores públicos federais da ativa ou aposentados entre 1993 e os anos 2000 podem ter direito de receber as diferenças pelo reajuste salarial de 28,86%, concedido pelo presidente Itamar Franco aos militares e negado aos demais servidores.

Segundo a Constituição de 1988, aumentos salariais do funcionalismo público deveriam se estender a todos. Não poderia haver distinção, inclusive, de percentual. Na época, apenas os militares receberam o reajuste.

É preciso, ainda não ter entrado com ação individual, não ser beneficiário de ação de execução individual e não ter feito acordo administrativo com a União sobre o tema.

O prazo final para fazer o pedido na Justiça acabaria em 2 de agosto deste ano, conforme decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) no processo que transitou em julgado em 2019. Porém, a Justiça prorrogou o prazo por 30 meses. Mas não há garantia de que esse prazo extra não será derrubado futuramente.

É preciso ser servidor público da administração direta ou dos seguintes órgãos:

Não há um número exato. Na época, cerca de 500 mil poderiam ser beneficiados. Estimativas de servidores da Receita são de que ao menos 3.000 servidores do órgão podem receber as diferenças.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/servidores-federais-podem-ter-prazo-maior-para-pedir-revisao-do-reajuste-de-2886-entenda.shtml>

Simplex precisa de ajustes, diz França - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

O Simplex entrou na mira do programa de revisão de gastos que o governo pretende

impulsionar em 2025. O motivo apontado nos bastidores do governo e por especialistas é que ele atua como um inibidor de crescimento das empresas, por isso prejudica a produtividade da economia brasileira.

Entram no regime simplificado empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões ao ano. Algumas que ultrapassam esse limite optam por dividir-se.

É um comportamento já conhecido pelo Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Memp), disse à coluna o ministro Márcio França. Já foi objeto de estudos em instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial.

"Esses estudos mostram que toda política pública que traga algum tipo de benefício tributário apresenta o mesmo problema", comentou. "É uma questão da natureza humana, portanto entender os motivos desse comportamento é o primeiro passo."

Uma hipótese, disse, é que as empresas querem ficar no Simplex por causa da complexidade do sistema convencional.

Estudos indicam que o regime simplificado não proporciona redução de carga tributária para negócios que faturam mais do que R\$ 2,5 milhões ao ano, comentou. "Mesmo assim, há empresas que preferem continuar no Simplex, pela questão de simplificação das obrigações acessórias e por ter mais facilidade em pagar e apurar os **tributos**", explicou.

A mudança na tributação sobre o consumo será ocasião para atender essas empresas, avaliou. "Com a **reforma tributária**, sem dúvida o Brasil está dando um grande passo para reduzir esse custo."

As empresas do Simplex podem optar por aderir ou

não ao novo sistema tributário, informou um técnico do Ministério da Fazenda.

Ele avalia que a migração será interessante para as que estão no meio de alguma cadeia produtiva, pois seus clientes terão direito a créditos dos novos **tributos**.

Já para as que vendem para o consumidor final a opção pode ser menos interessante, pois o atrativo dos créditos tributários não existe.

Outro fator que pode inibir a migração são os demais **tributos** federais cobrados no sistema convencional. Além da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), criados na reforma, serão cobrados o Imposto de Renda da Pessoa jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Contribuição Previdenciária Patronal (CPP).

França vê outro ajuste a fazer no Simplex. "Não achamos justo, por exemplo, o limite [de enquadramento] ser por faturamento, especialmente para as micro e pequenas indústrias e comércios, que têm grande parte do seu limite consumida pelas aquisições de matérias-primas ou aquisição de produtos para revenda."

A professora de administração pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Elida Graziane Pinto afirma ser necessário rever o Simplex, "porque tem um efeito perverso de gerar o nanismo das empresas".

Ela apontou também para o que considera um duplo benefício: a tributação reduzida proporcionada pelo Simplex e a isenção do Imposto de Renda na distribuição de dividendos.

Há empresas do Simplex que são unipessoais.

Um ponto que chama a atenção dos técnicos do governo é o gasto tributário envolvido: R\$ 121 bilhões, ou 22,25% do total previsto para 2025. Trata-se da maior renúncia de receitas do governo federal.

Para alguns estudiosos, porém, o Simplex não deve ser considerado uma renúncia de receita, e sim um regime diferenciado de tributação previsto na Constituição Federal para apoiar pequenos negócios.

França chamou a atenção para essa polêmica.

A ideia circula também no Congresso Nacional-as micro e pequenas empresas contam com muitos apoiadores. O Simples ficou fora do alcance da emenda constitucional aprovada no governo passado que mandou cortar pela metade os gastos tributários do governo federal, por exemplo. Ficou fora também da **reforma tributária**.

É fruto desse poder de pressão no Legislativo o limite de enquadramento de R\$ 4,8 milhões, considerado elevado para padrões internacionais.

Pinto lembrou que o valor foi resultado de um processo iniciado pelo Poder Executivo, na tentativa de apertar os limites do programa. Assim, ela alertou que o governo precisa articular muito bem suas propostas com o Congresso Nacional, para não colher resultado oposto ao esperado.

Outro ponto de atenção, é o risco de o trabalho de revisão de gastos atingir apenas os grupos menos organizados da sociedade, que não têm força no Congresso, apontou. "Ou a revisão é feita de maneira sistêmica, ou ela será injusta."

O reexame das políticas públicas é a aposta da área econômica para melhorar a sustentabilidade do orçamento, atuando pelo lado das despesas. Serão negociações difíceis, feitas em cima de dados, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no evento Valor 1000.

O debate sobre o Simples avança num tema tabu. Outros precisarão ser colocados sobre a mesa.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187988?page=1§ion=1>

Horizontes fiscais após a Reforma Tributária

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene são instituições criadas pelo governo brasileiro para promover o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte e Nordeste, respectivamente.

Essas superintendências oferecem incentivos fiscais como forma de atrair investimentos privados, estimulando a geração de emprego e renda nessas regiões - o que inclui a redução de **impostos** sobre o lucro de empresas que desempenham atividades consideradas prioritárias para o desenvolvimento regional.

Mesmo diante do cenário atual, com as mudanças trazidas pela **reforma tributária**, o que merece destaque é a manutenção dos incentivos fiscais da Sudam e da Sudene, já que a continuidade desses benefícios foi assegurada para que as empresas possam seguir utilizados como forma de garantir o contínuo desenvolvimento econômico dessas áreas.

Para as empresas, a adesão aos incentivos fiscais se revela uma estratégia eficaz na redução da carga tributária, especialmente em um cenário de transição. A utilização desses benefícios pode ser decisiva para manter a competitividade e garantir a viabilidade econômica de projetos nas regiões Norte e Nordeste.

Além disso, a manutenção dos incentivos também oferece às empresas uma maior segurança jurídica para o planejamento de seus investimentos, uma vez que o prazo de validade do benefício de Redução de 75% do IRPJ, por exemplo, é de uma década. Essa previsibilidade é, então, indispensável em um ambiente de negócios marcado por mudanças regulatórias constantes.

Neste sentido, empresas que planejam ou já operam nas regiões Norte e Nordeste devem considerar a adesão aos benefícios. A combinação deles com a modernização normativa cria um ambiente propício para o desenvolvimento de projetos econômicos sustentáveis e rentáveis, ao passo em que contribuem para a redução das desigualdades regionais no Brasil.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/ztoj/#p=1>

Bet irregular será bloqueada em outubro

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



» RAFAELA GONÇALVES / » VINICIUS DORIA

O Ministério da Fazenda bloqueará, a partir de 1º de outubro, os sites de apostas de quota fixa que ainda não pediram autorização para funcionar no país.

A decisão foi publicada ontem, em portaria no Diário Oficial da União (DOU). As empresas que já iniciaram o processo de regularização junto ao governo têm até 30 de setembro para indicarem suas marcas em atividade e os respectivos domínios de internet onde prestarão o serviço durante o período de adequação.

O titular da pasta, Fernando Haddad, afirmou que a medida não tem a ver com arrecadação de **tributos**, mas sim uma questão de saúde pública. Segundo o ministro, o país vive uma "pandemia" com a dependência causada pelos jogos. "Não tem nada a ver com arrecadação. Isso tem a ver com a pandemia que está instalada no país e que nós temos que começar a enfrentar, que é essa questão da dependência psicológica dos jogos", disse ele, ontem, a jornalistas.

Haddad afirmou ainda que a pasta está trabalhando em adiantar alguns pontos da regulação, como o que trata da divulgação do conteúdo. Entre as medidas estão o controle de publicidade, além da proibição do uso de cartão de crédito. As apostas eletrônicas só poderão ser pagas por Pix, transferência ou débito, como maneira de combater o endividamento.

"Tudo isso vai passar, nessas próximas semanas, por um pente-fino bastante rigoroso", disse o ministro.

O chefe da equipe econômica destacou ainda que a

distância entre entretenimento e a dependência nesses casos é muito tênue. "O mundo está aprendendo a lidar com isso, o Brasil até saiu na frente do ponto de vista da regulamentação e nós vamos antecipar as ações governamentais com o amparo da lei que foi aprovada pelo Congresso", destacou o ministro. Ele afirmou que fará convênio com Ministério da Saúde para ações de combate ao vício em jogos.

A lei que regulamenta essas apostas foi aprovada pelo Congresso no fim do ano passado, mas sua implementação completa depende de uma série de etapas legais. Segundo o secretário de Prêmios e Apostas da Fazenda, Regis Dudena, o período de adequação se dará até o fim de dezembro somente para as empresas que atuarem conforme as regras brasileiras.

A partir de janeiro, todas as empresas autorizadas utilizarão o domínio brasileiro de internet, com extensão "bet.br". "Têm vindo à tona muitas operações policiais envolvendo empresas que atuam no mercado de apostas de forma criminosa. Essa foi a forma que encontramos de não aguardar até janeiro para começar a separar o joio do trigo", disse Dudena.

Após recentes operações policiais com bets como alvo, o secretário destacou que, mesmo antes de concluída a regulamentação, a pasta mira os casos de fraude e lavagem de dinheiro. "O período de adequação não pode ser usado para descumprir as leis já vigentes, como, por exemplo, a lei de lavagem de dinheiro, dos crimes financeiros, entre outras. Na análise dos pedidos de autorização, estamos levando em consideração o cometimento de atos ilícitos", destacou.

Segundo o Ministério da Fazenda, até o momento foram feitos 113 pedidos de outorga na primeira fase de licenciamento.

Como cada licença custa R\$ 30 milhões, o governo teria R\$ 3,3 bilhões à disposição no próximo ano.

Depósitos Em paralelo, a portaria ainda cria dificuldades aos consumidores brasileiros, ao estabelecer um prazo adicional até 10 de outubro para o levantamento dos depósitos dos apostadores.

"A pessoa jurídica que mantiver depósito de apostador é obrigada a ter na guarda e conservação os valores depositados bem como os restituir quando o exija o depositante, garantindo ainda meios para que tal

exigência possa ser formalizada, independentemente do prazo da portaria", diz o texto.

Para o especialista em direito desportivo, jogos e apostas, Felipe Crisafulli, sócio do Ambiel Advogados, a portaria deixa claro que o Brasil está empenhado em impedir as empresas que não sigam a legislação vigente de operar nesse segmento no país.

"Isso, aliás, é mesmo condição necessária para que aqueles que buscam se enquadrar nas regras e diretrizes da recente regulamentação tenham interesse em oferecer os seus produtos e serviços por aqui. E, do ponto de vista do apostador, trata-se de maior garantia de que os seus direitos serão respeitados enquanto consumidor", disse.

Apesar da intenção da Fazenda, Crisafulli avaliou que a portaria pode causar insegurança jurídica no ambiente regulatório e até mesmo disputas judiciais, sobretudo nos casos de depósito do apostador, visto que a medida não é fruto da lei aprovada no Congresso. "Ainda que haja necessidade de se garantir o respeito à regulamentação e que esta seja justa e razoável, as novas regras acabam por trazer um mar de dúvidas em relação a diversos direitos assegurados pela legislação brasileira, num momento em que se prima por uma regulação exitosa e garanta um bom ambiente competitivo", ponderou.

Endividamento Uma recente pesquisa da consultoria Strategy , divulgada em agosto, mostra que as "bets" devem movimentar cerca de R\$ 130 bilhões em apostas em 2024 no Brasil. Uma das hipóteses é de que o uso de dinheiro para apostas online tem freado o consumo e mantido as altas taxas de endividamento.

Segundo dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), a taxa de endividamento das famílias era superior a 78% em agosto.

Na semana passada, o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, defendeu a antecipação da proibição do uso de cartões de crédito para o pagamento de apostas eletrônicas. De acordo com ele, os bancos estão preocupados com o comprometimento da renda das famílias que esse uso pode trazer. "O cartão é um produto fundamental e seu uso para apostas já está afetando o consumo das famílias e aumentando a inadimplência", disse.

-

TSE veta jogatina

No mesmo dia em que o Ministério da Fazenda publicou portaria para suspender a operação das bets

irregulares a partir de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) considerou ilegais as apostas on-line que envolvem as eleições municipais no próximo mês. A decisão foi tomada, na noite de ontem, em sessão plenária que seguiu o entendimento da presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia. Para ela, a promoção de apostas sobre resultados eleitorais, com oferta de ganho financeiro para aliciar jogadores é ilegal sob a ótica da legislação do país.

A magistrada fez a proposta "considerando a prática de certames lotéricos envolvendo prognóstico de resultados nas eleições de 2024 com ofertas, inclusive, de vantagens financeiras e materiais de qualquer natureza aos eleitores com potencial de interferir no processo eleitoral, especialmente para propaganda ou aliciamento de eleitores".

A decisão foi unânime e abre a possibilidade de as apostas eleitorais via internet, por computadores ou celulares, serem enquadradas como abuso de poder econômico e captação ilícita de votos pela Justiça Eleitoral.

A legislação brasileira relativa a jogos on-line foi aprovada no fim do ano passado, permitindo a atuação das chamadas bets, que promovem apostas baseadas em resultados esportivos.

A regulamentação também permite ao governo cobrar **impostos** das empresas que exploram essa atividade.

Os cassinos on-line, porém permanecerão proibidos, pelo menos, até que o Congresso analise o projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, em junho. O texto permite o funcionamento de casas de apostas e jogos de azar, incluindo bingos e jogo do bicho.

"Não tem nada a ver com arrecadação.

Isso tem a ver com a pandemia que está instalada no país e que nós temos que começar a enfrentar, que é essa questão da dependência psicológica dos jogos" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6428/18-09-2024.html?all=1>

Fazenda retifica Secom sobre dinheiro esquecido

BIANCA LIMA ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

O Ministério da Fazenda corrigiu ontem informações que haviam sido prestadas pela Secretaria de Comunicação Social (Secom), do Palácio do Planalto, relativas à lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que permite ao Tesouro Nacional se apropriar de "dinheiro esquecido" em contas bancárias por pessoas físicas e jurídicas.

Procurada, a Secom não se manifestou.

A apropriação pelo Tesouro do dinheiro esquecido é uma das formas de compensação fiscal ao projeto que prorrogou a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios com até 156 mil habitantes, com a previsão de volta gradual dos **impostos** a partir do ano que vem.

Após repercussões negativas nas redes sociais, na última sexta-feira a Secom publicou uma nota em que negou o confisco dos recursos, afirmando que a medida só teria efeito sobre valores esquecidos nas instituições "por mais de 25 anos" e que não haveria perda de direitos sobre esses recursos. A Fazenda afirma, no entanto, que há prazos para a recuperação desses valores. No caso da via judicial, serão seis meses.

O informe da Secom assegurou que a previsão para incorporação desses recursos pelo Tesouro "não é novidade" e que consta "em legislação há mais de 70 anos, na Lei 2.313 de 1954".

A lei citada pela Secom diz que "os contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie extinguem-se no prazo de 25 anos", e que os recursos poderão ser "reclamados no prazo de cinco anos, findo o qual se incorporarão ao patrimônio nacional". O prazo de cinco anos é utilizado, por exemplo, para resgates do PIS/Pasep.

Procurado pelo Estadão após a aprovação do projeto na Câmara, o Ministério da Fazenda afirmou que o artigo 47 do projeto que prorrogou a desoneração - agora já lei, sancionada pelo presidente Lula - determina que a lei citada pela Secom não se aplica aos depósitos mencionados no projeto. "O art. 47 da Lei n.º 14.973 dispõe que não se aplica a Lei 2.313/54 aos depósitos ali mencionados. A citada nota da

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República apenas menciona a sistemática da Lei 2.313/54", diz a nota da Fazenda.

PRAZOS. A pasta diz ainda que há, sim, prazo para que pessoas físicas e jurídicas solicitem o acesso aos recursos, dividido em três etapas: 30 dias após a publicação da lei (16 de setembro) para solicitar os valores aos bancos; 30 dias após a publicação de edital pela Fazenda que relacionará os valores recolhidos que não foram solicitados - a pasta indicará a instituição depositária, a agência, a natureza e o número da conta do depósito para que os titulares contestem o recolhimento; e seis meses, na Justiça, após a publicação do mesmo edital.

Diferentemente do que disse a Casa Civil, o dinheiro esquecido no chamado Sistema de Valores a Receber (SVR), que é gerido pelo Banco Central, não tem prazo mínimo de 25 anos para estar parado nas instituições financeiras.

Segundo já informou o BC, os recursos passam a integrar o SVR nas seguintes situações: contas correntes ou poupanças encerradas e não sacadas; cobranças indevidas de tarifas ou de obrigações de crédito previstas em termo de compromisso assinado com o BC; cotas de capital e rateio de sobras líquidas de associados de cooperativas de crédito; grupos de consórcio extintos; cobranças indevidas de tarifas ou obrigações de crédito não previstas em termo de compromisso; contas de pagamento pré-paga e pós-paga encerradas e com saldo disponível; contas encerradas em corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários; demais situações que resultem em valores a serem devolvidos reconhecidas pelas instituições financeiras.

Procurado, o BC não se manifestou.

Estimativa R\$ 8,6 bilhões é o valor de recursos esquecidos em contas por correntistas. O valor não vai ser considerado pelo Banco Central (BC) para o cálculo do resultado primário do governo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Big techs gastam milhões por ano com segurança de CEOs

As maiores empresas de tecnologia do mundo estão desembolsando milhões de dólares todos os anos para proteger seus CEOs. Os custos de segurança incluem desde monitoramento residencial até guardacostas pessoais e consultoria de segurança.

Bill Herzog, CEO da LionHeart Security Services, sediada no Arizona, EUA, disse à Fortune que é importante que as empresas invistam na proteção de seus CEOs, especialmente se eles estiverem entre as pessoas mais ricas do mundo, como Mark Zuckerberg, da Meta, e Elon Musk, da Tesla.

Herzog disse que CEOs famosos como eles podem ser especialmente visados. E, se algo acontecer a eles, a empresa pode ser a única a sofrer o impacto financeiro e de reputação, acrescentou.

"Quando se trata de alguém que vale milhões ou bilhões de dólares e é responsável por uma empresa inteira, há uma possibilidade real de sequestro, há uma possibilidade real de extorsão, há uma possibilidade real de atentados contra a vida", disse Herzog.

Para segurança 24 horas por dia, um serviço que exige especialistas em segurança especialmente treinados e recursos específicos, Herzog disse que sua empresa cobraria US\$ 60 por hora (R\$ 330) ou mais, um valor que poderia elevar a conta total para mais de US\$ 1 milhão (R\$ 5,5 milhões) por ano para dois guarda-costas.

No entanto, algumas empresas pagam muito mais do que isso para proteger seus principais executivos. Aqui estão as empresas de tecnologia que mais gastam com seus líderes: META. A Meta paga três vezes mais do que a segunda empresa de tecnologia mais próxima na lista para proteger seu CEO e fundador, Mark Zuckerberg. Em 2023, a empresa gastou US\$ 23,4 milhões (R\$ 128,7 milhões) para a segurança pessoal de Zuckerberg, incluindo US\$ 9,4 milhões (R\$ 51,7 milhões) em custos diretos de segurança e outros US\$ 14 milhões (R\$ 77 milhões) em um subsídio anual antes dos **impostos** destinado a "cobrir custos adicionais relacionados à segurança pessoal de Zuckerberg e de sua família".

Nos anos anteriores, a Meta pagou ainda mais para proteger Zuckerberg, com a conta de sua segurança

pessoal ultrapassando US\$ 24 milhões (R\$ 132 milhões) e US\$ 25 milhões (R\$ 137,5 milhões) em 2022 e 2021, respectivamente, de acordo com um registro na Securities and Exchange Commission (SEC) - agência independente responsável por proteger e regular o mercado de capitais americano.

"Acreditamos que a função de Zuckerberg o coloca em uma posição única: ele é sinônimo de Meta e, como resultado, o sentimento negativo em relação à nossa empresa está diretamente associado a Zuckerberg e, muitas vezes, é transferido para ele", escreveu a empresa no processo da SEC.

ALPHABET. O CEO da Alphabet, dona do Google, Sundar Pichai, fala muito sobre segurança cibernética, mas sua segurança pessoal também é uma prioridade para sua empresa.

Em 2023, a gigante da tecnologia desembolsou US\$ 6,8 milhões (R\$ 37,8 milhões) para a segurança pessoal de Pichai, de acordo com um registro na SEC.

A empresa também paga por um carro e pelo uso de "aeronaves não comerciais".

TESLA. Elon Musk, da Tesla, não é estranho aos holofotes, e sua conta de segurança pessoal reflete isso. A Tesla pagou US\$ 2,4 milhões (R\$ 13,2 milhões) em 2023 a uma empresa de segurança de propriedade de Musk por serviços de segurança, além de outros US\$ 500 mil (R\$ 2,7 milhões) até fevereiro deste ano, de acordo com um registro da SEC.

Os altos custos de segurança do CEO são aparentemente muito necessários. Em julho, Musk disse em uma publicação no X que duas pessoas tentaram matá-lo nos últimos oito meses. "Elas foram presas com armas a cerca de 20 minutos de carro da sede da Tesla no Texas", escreveu Musk.

Após a tentativa fracassada de assassinato de Donald Trump em julho, Musk falou em fazer sua segurança com as próprias mãos. "Talvez seja hora de construir aquela armadura de metal voadora", disse Musk, em um post na época.

NVIDIA. Para um dos principais CEOs do momento, a Nvidia gasta comparativamente menos do que seus pares de tecnologia na segurança de Jensen Huang.

Em seu ano fiscal de 2024, a empresa gastou cerca de US\$ 2,2 milhões (R\$ 12,1 milhões) em segurança residencial e taxas de consultoria para Huang, além de centenas de milhares em serviços de monitoramento de segurança e serviços de carro e motorista, de acordo com um registro na SEC.

APPLE. Embora Tim Cook não seja tão famoso quanto seu antecessor, o icônico Steve Jobs, ele ainda é o CEO mais bem-sucedido da Apple, e a empresa o quer por muitos anos mais.

A Apple pagou US\$ 820.309 (R\$ 4,5 milhões) por despesas relacionadas à segurança de Tim Cook em 2023, o que, embora não seja uma ninharia, ainda foi menos do que o US\$ 1,6 milhão (R\$ 8,8 milhões) pago pelo uso de seu jato particular.

"Acreditamos que a função de Zuckerberg o coloca em uma posição única: ele é sinônimo de Meta e, como resultado, o sentimento negativo em relação à nossa empresa está diretamente associado a Zuckerberg e, muitas vezes, é transferido para ele" Meta Em documento entregue à Securities and Exchange Commission (SEC)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Criptomoeda opõe Trump a republicanos no Texas

TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

A indústria dos criptoativos entrou na campanha presidencial americana - graças a Donald Trump. No mês passado, os republicanos anunciaram na plataforma de seu partido planos para pôr fim à "cripto-opressão antiamericana" e prometeram "defender o direito de minerar bitcoin". Numa conferência do universo bitcoin em Nashville, dias depois, a maior do tipo no mundo, Trump prometeu tornar os EUA a "criptocapital do planeta".

Ao contrário da maioria das promessas de campanha, esta poderá ser fácil de cumprir - porque sua pretensão já existe.

Depois de a China banir os bitcoins em 2021, as criptomineradoras partiram em busca de refúgio. No Texas, encontraram tudo o que precisavam: energia barata, terras em abundância, **impostos** baixos e um ethos libertário similar ao seu. Três anos depois, os EUA são lar de mais mineradoras de bitcoin do que qualquer outro país, e o Texas tem mais do que a maioria dos outros Estados combinados. Mas logo esse Estado, conhecido como Lone Star State, poderá mandá-las embora.

A uma hora de carro ao norte de Austin, a capital do Texas, a Riot Platforms transformou o terreno de uma fundição de alumínio na maior mina de bitcoin do mundo. Sete edifícios de aço abrigam 100 mil "mineiros": computadores do tamanho de torradeiras que competem numa corrida matemática para gerar códigos que premiam seus proprietários com bitcoin. Fileiras de mineiros são submergidas em tanques de óleo não condutor de eletricidade para resfriá-los. Grilos mortos flutuam na superfície, pegos pelos tentáculos de fios que alimentam as máquinas.

O diretor de pesquisas da Riot, Pierre Rochard, afirma que custa cerca de US\$ 30 mil (quase R\$ 168 mil) em eletricidade minerar um bitcoin, e no ano passado a Riot minerou aproximadamente 7 mil (o que implica um custo anual de mais ou menos US\$ 200 milhões ou cerca de R\$ 1,1 bilhão).

E a Riot está apenas começando.

A empresa está construindo uma segunda unidade em Corsicana, ao sul de Dallas, que será duas vezes

maior.

CUSTO DE ENERGIA. O plano ambicioso carrega uma nova e crescente dor para a indústria.

Neste verão (Hemisfério Norte), os legisladores do Texas - entre os mais conservadores do país - começaram a mostrar sinais de que se voltarão contra os criptoativos. Numa audiência de comissão, em junho, o Conselho de Confiabilidade Elétrica do Texas (ERCOT), operador da rede de eletricidade no Estado, alertou que a demanda por energia poderia quase dobrar até 2030.

Um fluxo de indivíduos mudando-se para o Texas, tempestades de inverno mais severas e verões mais quentes já pressionam o abastecimento de energia e causam apagões nas cidades, como o furacão Beryl fez em Houston, em julho. Mas uma série de novos centros de processamentos de dados, incluindo os destinados a mineração de bitcoin e inteligência artificial, deverão ser responsáveis por metade do aumento.

Em resposta ao alerta do ERCOT, o vice-governador do Texas, Dan Patrick, criticou a indústria de mineração de criptomoedas por não criar empregos suficientes em relação à quantidade de energia que consome.

"Não podemos permitir que um Velho Oeste dos centros de processamento de dados e criptomineradoras destrua nossa rede e faça as luzes se apagarem", escreveu ele no X. Senadores estaduais perguntaram-se em voz alta como fazer as mineradoras irem embora.

"(Há) muitos porcos no chiqueiro, que acabou de ficar sem comida", afirmou a republicana Donna Campbell, que representa sete condados na região de Hill Country. "Se eles não trouxerem a própria comida, não poderíamos simplesmente dizer não?" Simplesmente dizer não à indústria de criptoativos seria um desvio ideológico para o Texas. Quando concorreu para governador, em 2014, Greg Abbott aceitou doações de campanha em bitcoin antes de as criptomoedas serem algo descolado. Desde então, ele endossou fervorosamente as mineradoras.

Depois de Uri, a tempestade de inverno de 2021 que

deixou 4,5 milhões de lares texanos sem luz e matou 300 pessoas, Abbott definiu a mineração de criptomoedas como uma ferramenta para robustecer a rede de eletricidade.

Trazer outras gigantes para a rede incentivaria as empresas de eletricidade a produzir mais energia e manter os custos baixos, constatou ele.

Naquele ano, Patrick criou um grupo de trabalho para "desenvolver um plano de mestre para a expansão da indústria de blockchain no Texas".

Por volta da mesma época, muitas mineradoras de criptomoedas, incluindo a Riot, assinaram contratos com empresas de fornecimento de energia que lhes fixou as tarifas por até uma década. Anos depois, esse movimento parece ter sido inteligente de sua parte. Ao contrário de siderúrgicas ou fábricas de papel, mineradoras de bitcoin podem fechar temporariamente sem prejudicar cadeias de fornecimento (porque, apesar de afirmarem que os bitcoins "não são feijões mágicos online", não existe um produto que precise chegar ao mercado) - o que lhes permite tirar vantagem de dois esquemas de emergência.

ACORDO. Nos dias mais quentes e mais frios, quando a demanda por eletricidade é enorme e o preço vai às alturas, as mineradoras vendem energia de volta para as fornecedoras com lucro ou param de minerar, cobrando uma taxa paga pelo ERCOT. Esse mecanismo se tornou mais lucrativo do que a própria mineração. Em agosto do ano passado, a Riot recebeu US\$ 32 milhões por limitar a mineração e apenas US\$ 8,6 milhões vendendo bitcoin.

O Tech Transparency Project, uma organização sem fins lucrativos sediada em Washington, acusa as mineradoras de agirem como empresas de arbitragem de energia disfarçadas, mantendo o Texas "refém" e desperdiçando dólares de contribuintes. Seus laços com a China as torna ainda mais duvidosas. Mas a indústria enfatiza que é uma cidadã corporativa e crítica para a saúde da rede elétrica. Agindo como "interruptores dimmer", as mineradoras oferecem ao ERCOT flexibilidade a um preço mais baixo do que qualquer outra empresa, afirma Lee Bratcher, do Texas Blockchain Council, um grupo de defesa de direitos. A Riot afirma que a indústria é acusada injustamente e substituir as mineradoras por baterias custaria ainda mais ao Estado.

PRIORIDADES. Mas um negócio que se beneficia financeiramente das crises no Estado e faz lobby contra reformas no mercado de energia poderá deixar de ser a primeira escolha do governador para estabilizar uma rede elétrica que enfrenta uma pressão crescente. Hoje em dia, assegurar texanos ansiosos

de que suas luzes permanecerão ligadas quando o clima piorar é prioridade, afirma Brian Korgel, diretor do Instituto de Energia da Universidade do Texas, em Austin. Se os texanos culparem as mineradoras de bitcoin, corretamente ou não, os políticos farão o mesmo, prevê ele.

No ano passado, um projeto de lei que pretende impedir as mineradoras de participar do esquema "demanda-resposta" foi aprovado no Senado Estadual do Texas, mas empacou na Câmara. Membros da indústria de criptoativos esperam que os legisladores apresentem mais "legislações ruins" desse tipo em janeiro. Enquanto isso, o diretor de políticas públicas da Riot, Brian Morgenstern, afirma que sua equipe está "gastando sola de sapato indo de gabinete em gabinete" para persuadir os políticos a deixá-los ficar. Ele acredita que Trump trará um "mar de mudanças" se for eleito. Afinal, relata-se que Abbott almeja um cargo no governo, e Patrick, o segundo no comando do Estado, é um conhecido bajulador de Trump. Certamente não seria de seu interesse afugentar a nova indústria queridinha de Trump. |

Campanha Quando concorreu para governador, em 2014, Greg Abbott aceitou doações em bitcoin antes de as criptomoedas serem algo descolado

Alto custo 30 mil dólares é quanto custa minerar um bitcoin em eletricidade

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Restrição fiscal limita programa de estímulo a investimentos (Editorial)

Quase oito meses depois de ter sido anunciada, a depreciação acelerada dos investimentos em máquinas e equipamentos, prometida pelo programa Nova Indústria Brasil (NIB), teve a regulamentação divulgada na semana passada.

A medida permite às empresas descontarem de **tributos** a serem pagos metade do valor gasto na aquisição de determinadas máquinas e equipamentos no primeiro ano, e a outra metade no segundo ano, antecipando o prazo médio desse benefício, que depende da vida útil do bem, mas gira em torno de 20 anos.

A regulamentação definiu os 23 setores favorecidos, relação que engloba de alimentos a têxteis, biocombustíveis, produtos químicos (exceto os já incluídos no Reiq), farmacêuticos, minerais não metálicos, metalurgia, equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos, construção de edifícios, além do item diversos, como guarda-chuvas e instrumentos musicais.

Espera-se agora uma corrida das empresas para se habilitarem junto à Receita a tempo da próxima declaração de imposto de renda. O Ministério de Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (MDIC) poderá também exigir alguns requisitos como promover a indústria nacional e a sustentabilidade e possuir determinado conteúdo nacional.

Apesar de os investimentos medidos pela formação bruta de capital fixo não terem apresentado um número robusto no segundo trimestre, de 16,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), a expectativa com a regulamentação pode ter represado algumas iniciativas. O tempo entre a decisão de compra de um novo equipamento, sua entrega, instalação e início de produção no setor de máquinas, por exemplo, pode levar de quatro a seis meses.

O volume de recursos direcionado pelo Nova Indústria Brasil para a depreciação acelerada é bem modesto: são R\$ 3,4 bilhões nesta primeira etapa, divididos em R\$ 1,7 bilhão neste ano e mais R\$ 1,7 bilhão em 2025. O governo conta em ampliar os valores na segunda etapa. Por mais que procure novas maneiras de gastar, a situação fiscal limita esse e muitos outros programas - ainda que nesse caso se trate apenas da antecipação de um benefício que o contribuinte já

teria.

O próprio governo reconhece que, para atender a todo o setor produtivo, precisaria destinar R\$ 28 bilhões para o programa. De toda forma, a expectativa é que a antecipação da depreciação promova a modernização do parque fabril brasileiro, que, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de 2023, tem máquinas com 14 anos de uso em média, sendo que 38% delas estão perto da idade indicada pelo fabricante como fim do ciclo de vida ideal ou já a ultrapassaram.

Para a empresa beneficiada, a antecipação da depreciação resulta em um ganho de capital de giro, abrindo espaço para outros investimentos. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apontam que a iniciativa tem potencial para alavancar investimentos de R\$ 20 bilhões, com reflexos no aumento do **PIB** e na geração de empregos. A estimativa da Fiesp é de R\$ 18 bilhões em novos investimentos, com renovação do parque industrial, melhoria de produtividade e crescimento da produção e da folha de empregados.

A depreciação acelerada é uma medida para baratear investimentos e modernizar as indústrias e poderia ser feita independentemente do pacote na qual foi inserida, o da Nova Indústria Brasil, embalada por uma nostalgia de um passado que, por sinal, não deu certo. A aura de política industrial, que encanta o PT, encontrou apoio na adoção de medidas protecionistas e de estímulo ao investimento em uma série de países. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), as indústrias dos EUA, da União Europeia, do Reino Unido e do Japão estão recebendo US\$ 6,8 trilhões em políticas industriais.

O volume modesto de R\$ 300 bilhões em quatro anos da NIB reflete as restrições fiscais, supondo que o programa vai na direção correta, o que está longe de ser o caso.

Se a depreciação acelerada parece eficaz, outras medidas deixam a desejar. A NIB reforça a busca de conteúdo local, o que não favorece a competitividade da indústria nacional, e quer usar as compras de governo para estimular determinados setores, o que não mostrou bons resultados na malfadada Nova Matriz Econômica do governo Dilma. O exemplo mais

marcante foi o das fracassadas encomendas de navios feitas pela Petrobras, que agora se repetirá com estaleiros em recuperação judicial.

A mesma estratégia corre o risco de ser usada como parte da política de incentivos ao setor nacional de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse que é gigantesco o poder de fogo dessa demanda, ao informar que as compras públicas de bens e serviços em TICs são estimadas em R\$ 16 bilhões neste ano, indicando que devam ser voltadas à produção nacional. Esses são setores vitais para o futuro e podem estar condenados a uma nova época de atraso tecnológico se o governo seguir com ideias arcaicas sobre desenvolvimento.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187988?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187988?page=1§ion=1)**

Lula sanciona desoneração com vetos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, com vetos, a lei que mantém a desoneração da folha de pagamentos em 2024 para 17 setores econômicos e municípios de pequeno e médio porte. A sanção foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União na véspera do prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O projeto propõe uma transição de três anos para o fim do benefício tributário e medidas de compensação para a renúncia fiscal estimada em R\$ 25 bilhões apenas em 2024.

Quatro pontos vetados pelo chefe do Executivo, mas nenhum deles altera o teor proposto.

Entre eles, está o do artigo 48, que dizia que os recursos esquecidos poderiam ser reclamados nas instituições financeiras até 31 de dezembro de 2027. O argumento foi de que essa data conflitava com as demais previstas na sistemática de devolução do dinheiro.

Entre as medidas de compensação da desoneração está a possibilidade de direcionar para o Tesouro Nacional valores esquecidos em contas bancárias sem movimentação há vários anos e não resgatados pelos interessados nos próximos 30 dias. As contas serão divulgadas pelo governo por meio de um edital.

O dono da conta poderá requerer a devolução do dinheiro no âmbito administrativo, segundo uma sistemática descrita na lei. Em caso negativo, poderá acionar a justiça, mas para isso terá um prazo máximo de seis meses, contado a partir da divulgação do edital.

A nova lei prevê, de 2025 a 2027, a redução gradual da alíquota sobre a receita bruta e o aumento gradual da alíquota sobre a folha. De 2028 em diante, voltam os 20% incidentes sobre a folha e fica extinta aquela sobre a receita bruta.

A medida foi alvo de questionamento pelo Banco Central (BC), que chegou a apresentar uma nota técnica em que afirmava que o uso do dinheiro esquecido não poderia ser classificado como receita primária. A estimativa é de que a utilização do saldo fosse capaz de arrecadar R\$ 8,5 bilhões, em meio aos esforços do governo para cumprir a meta fiscal deste ano.

Diante dos questionamentos da autoridade monetária,

foi apresentada uma emenda de redação ao projeto para prever que "os saldos não reclamados remanescentes junto às instituições depositárias passarão ao domínio da União e serão apropriados pelo Tesouro Nacional como receita orçamentária primária e considerados para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado primário".

Outro veto ponto vetado é o artigo que criava Centrais de Cobrança e Negociação de Créditos Não Tributários. O governo entendeu que essa prerrogativa teria de ser do Executivo. Dois outros artigos foram vetados pelo entendimento de que desrespeitaram a Constituição, de acordo com o Planalto.

Augusto Bercht, advogado da área Tributária do Souto Correa Advogados, pondera que o uso de recursos esquecidos é um ponto extremamente controverso, assim como a utilização de depósitos judiciais abandonados.

"O governo federal está assumindo que esses depósitos estão à disposição, como se não pertencessem a ninguém, o que é bastante questionado e sim é uma medida passível de questionamento judicial, espera-se inclusive que seja objeto de ações específicas", avaliou.

» Críticas à alta dos juros pelo Copom

Diante da expectativa certa de que o Banco Central iniciará, a partir de hoje, novo ciclo de alta da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 10,50% ao ano, no segundo dia de reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), entidades, por meio de notas, fizeram críticas ontem. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), um eventual aumento da Selic "seria uma medida excessiva para controlar a **inflação** e prejudicaria o crescimento econômico", além de ser um "equivoco". A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) alertou que a capacidade produtiva da indústria "pode ser seriamente comprometida".

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6428/18-09-2024.html?all=1>

É precoce a discussão sobre elevação nos juros (Artigo)

» **Benito Salomão** Professor de macroeconomia no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia

Após a divulgação dos dados mais recentes do **PIB**, que surpreendeu positivamente no 2º trimestre e produziu uma onda de reestimativas da atividade para o ano de 2024, também dos dados do desemprego, que vêm sinalizando as menores taxas da última década, um conjunto de economistas vem alertando para a necessidade de o Banco Central (BCB) elevar juros.

Será realmente isso necessário?

Os economistas que sustentam que a política monetária deve passar por um ciclo de aperto, olhando puramente para os dados do produto e do emprego, o fazem baseados na clássica abordagem da Curva de Phillips (CPh), que sustenta uma relação inversa entre **inflação** e desemprego.

Existem alguns problemas em se propor políticas baseadas nessa abordagem teórica. O primeiro deles é que, empiricamente falando, o formato da CPh só é conhecido a posteriori. Portanto, é difícil propor uma política em um determinado momento do tempo quando não se sabe ex ante quais são as reais relações paramétricas entre desemprego, salários reais e **inflação**.

Um segundo problema relacionado a essa abordagem teórica é que ela vem constantemente sendo revista para incorporar elementos da fronteira do conhecimento.

De forma que, entre o artigo inicial de Alban Phillips em 1958 e os atuais modelos que demonstram uma CPh de formato flat, muitos elementos foram incorporados, como o papel das expectativas, das regras de política, das fontes de rigidez nominal e real de preços e salários, entre outros.

Olhando para a política monetária, desde julho do ano passado, o BCB vem reduzindo gradualmente a taxa Selic, que caiu de 13,75% para 10,5%. A **inflação** nesse mesmo período convergiu para o dentro da meta, em que pese ainda esteja distante do centro. No último mês, o IPCA veio negativo, o que dá um certo alívio para performance de curto prazo desse

indicador. As expectativas para o ano colocam o IPCA perto do teto da meta, segundo o último Focus, a **inflação** esperada para dezembro é de 4,35%. Embora haja riscos para a **inflação** no médio prazo.

Por exemplo, os efeitos da seca sobre o preço da energia terão impactos prolongados?

E o preço dos alimentos como irão performar diante dos choques climáticos recentes? Some a isso o processo de desvalorização do real frente ao dólar que pode repercutir sobre os preços domésticos pelo canal das importações mais caras. A **inflação** de serviços também pode ser pressionada pelos efeitos do desemprego baixo sobre os salários reais. Todos esses fatores compõem a cesta de riscos inflacionários que podem, em algum momento, se manifestar nos dados.

Enquanto esses fatores estiverem restritos ao campo dos riscos, o BCB não deve mover a taxa de juros. É preciso ressaltar que isso não é um sinal de leniência com a **inflação**. Os bancos centrais têm à sua disposição dois tipos de instrumentos: os juros são os instrumentos contracionistas, porém há outros, como os comunicados, as atas e os guidances, que são não contracionistas.

De forma que a operacionalização da política monetária deve começar pelo uso da segunda família de instrumentos, deixando elevações de taxas de juros apenas para casos estritamente necessários.

Deve-se, ainda, destacar que a política monetária no Brasil já se encontra há bastante tempo no campo contracionista. Segundo estimativas recentes do próprio BCB, a taxa neutra de juros (que iguala a demanda ao **PIB** potencial) está próxima aos 5%. Mantido o patamar de 10,5% da Selic, e uma **inflação** prevista de 4,3% para o ano, a taxa real de juros no Brasil hoje é de 6,2% - ou seja, em torno de 1,2% acima da neutra.

Essa não é uma dose baixa de contração monetária, e a pergunta que deve ser respondida é: baseado nisso, será que o país precisa de uma dose maior de contração monetária para manter o processo convergência inflacionária para o centro da meta?

Este autor faz parte do grupo de economistas que

acredita ser possível manter o processo de desinflação da economia mantendo a taxa de juros nos patamares atuais. Enquanto isso, o Banco Central deve monitorar os riscos já mencionados, se valendo de seus comunicados para dissuadir eventuais pressões inflacionárias oriundas de possíveis choques.

Há uma certa dose de açodamento no debate sobre juros no Brasil.

» Benito Salomão Professor de macroeconomia no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6428/18-09-2024.html?all=1>

"Aumentar Selic é medida excessiva e coloca o Brasil na contramão do mundo", alerta CNI - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) soltou, ontem, um posicionamento contundente às especulações de alta da taxa básica de juros (Selic): um manifesto para tentar sensibilizar o Banco Central. Hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) vai decidir o patamar da Selic, atualmente em 10,5% ao ano. Para a CNI, a elevação do índice seria "um equívoco, refletindo excesso de conservadorismo do BCB."

Consequências negativas

O presidente da CNI, Ricardo Alban, lembra que outros países vêm diminuindo as taxas de juros. "Os cenários econômicos, atual e prospectivo, principalmente de inflação, mostram que um aumento da Selic seria equivocado e um excesso de conservadorismo da autoridade monetária, com consequências negativas e desnecessárias para a atividade econômica. Além disso, colocaria o Brasil na contramão do que o mundo está fazendo nesse momento, que é a redução das taxas de juros".

Mais despesas para as contas públicas

A CNI também aponta que a alta da taxa de juros real dificultaria a sustentabilidade das contas públicas, uma vez que cada ponto percentual a mais na Selic representa cerca de R\$ 40 bilhões por ano em despesas com juros.

*

Bruno Rossini assume a Diretoria de Comunicação da 99

O aplicativo de transporte 99 anunciou Bruno Rossini como seu novo diretor de Comunicação. Com mais de 20 anos de carreira, o executivo assume a missão de liderar as áreas de Relações Públicas para mobilidade, veículos elétricos e 99Pay - a carteira digital da marca -, além dos setores de Comunicação Corporativa, Comunicação Interna e Comunicação Digital. Formado em Relações Públicas pela Universidade Metodista de São Paulo e com MBA em Comunicação Empresarial

pela Fundação Getúlio Vargas, antes da 99, Bruno esteve à frente dos times de Comunicação de empresas como o QuintoAndar, Netflix e Facebook.

*

Comércio faz pesquisa sobre horário de verão

O movimento que defende o horário de verão, por trazer benefícios para a economia do país, vem aumentando. Pesquisa do Reclame Aqui, em parceria com a Abrasel, aponta que a maioria dos 3 mil entrevistados se mostrou propensa à volta do horário de verão: 54,9% disseram que são favoráveis ao adiantamento dos relógios. Destes, 41,8% manifestaram esse apoio totalmente e 13,1% deram sua aprovação parcialmente. Para 16,9% a mudança é indiferente.

Outros 25,8% se mostraram completamente contrários, e 2,2% dizem ser parcialmente contra a volta. Nas regiões do Brasil onde o horário de verão era historicamente adotado (Sul, Sudeste e Centro-Oeste), o adiantamento nos relógios ganha ainda mais apoio.

*

Adesão um pouco menor no Centro-Oeste

O índice dos que se dizem a favor chega a 56,1% no Sudeste (43,1% totalmente favoráveis e 13% parcialmente favoráveis) e a 60,6% no Sul (52,3% totalmente favoráveis e 8,3% parcialmente favoráveis). No Centro-Oeste, a adesão é um pouco menor: de 40,9% (29,1% totalmente favoráveis e 11,8% parcialmente a favor).

No total dessas regiões Sul, (onde havia horário de verão até 2019), 55,74% são a favor da volta.

*

Aumento de 15% no faturamento

"O tempo de luz natural a mais faz com que as ruas fiquem mais atrativas, trazendo vigor para o comércio.

O movimento nos bares e restaurantes também cresce. A pesquisa mostrou que 43,7% das pessoas se sentem mais dispostas a sair de casa e a socializar durante o horário de verão, contra apenas 20,5% que se dizem menos dispostos. Por isso, estimamos um aumento de até 15% no faturamento. Isso é mais geração de empregos, e a sociedade como um todo sai ganhando", explica o presidente da Abrasel, Paulo Solmucci.

*

Voluntários da Petrobras capacitam profissionais negros em advocacia empresarial

Como parte de um trabalho voluntário, advogados da Petrobras criaram um curso gratuito e se tornaram professores, dando aulas para advogados negros interessados em aprimorar conhecimentos na advocacia corporativa. Batizado de Advocacia Empresarial para Todos e Todas, a proposta ofereceu 100 vagas. Entre os participantes, 75% eram mulheres negras. Resultado de uma parceria com a Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial, em quatro meses, os 35 advogados da Petrobras deram mais de 130 horas de aula on-line com conteúdos que costumam estar no concurso da empresa. "O curso demonstra como o próprio Jurídico da Petrobras, a partir de uma perspectiva crítica, pode realizar ações afirmativas, exercendo papel proativo para combater o racismo e reduzir a desigualdade racial no país", afirma o gerente geral do Jurídico da Petrobras, Luiz Cristiano de Andrade.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6428/18-09-2024.html?all=1>

A dívida não mente (Editorial)

O governo Lula da Silva perdeu o pouco pudor que ainda mantinha na área fiscal e tem deixado cada vez mais claras as contradições entre o discurso e a prática no que diz respeito ao gasto público. Pululam exemplos de políticas que ignoram o arcabouço fiscal, a contabilidade pública e as consequências desses atos para a credibilidade do governo.

Em entrevista ao Estadão, o sócio-diretor da Gibraltar Consultoria, Marcos Lisboa, enumerou alguns dos truques fiscais a que o governo recorreu nas últimas semanas. Por meio da lei que prorrogou a desoneração da folha de pagamento de 17 setores e municípios, o Tesouro poderá contabilizar os recursos esquecidos em contas bancárias por correntistas como receita primária, como se o dinheiro fosse seu, para melhorar o resultado fiscal.

No anúncio do Gás para Todos, nova versão do Auxílio Gás, o Executivo disse que vai quadruplicar os gastos e ampliar o público atendido. Ao mesmo tempo, reduziu em 84% o valor reservado para o programa no ano que vem. A mágica se dará com a ajuda da Caixa Econômica Federal, que receberá a verba e fará a gestão e operacionalização do programa sem que o dinheiro precise passar pelo Orçamento.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já havia dado uma mãozinha ao governo ao reconhecer - corretamente - a inconstitucionalidade da emenda constitucional dos precatórios, por meio da qual a administração Jair Bolsonaro impôs um limite anual ao pagamento das dívidas. Com a decisão, o Executivo conseguiu regularizar os débitos, mas aproveitou para contabilizá-los no limite de despesas e sem considerá-los na apuração da meta, via créditos extraordinários.

Agora, o STF deu um passo além e, mais do que autorizar, o ministro Flávio Dino praticamente estimulou o governo a abrir créditos extraordinários no Orçamento por meio da decisão em que determinou a intensificação do combate a queimadas na Amazônia e no Pantanal.

O ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, elogiou a decisão "corajosa e necessária" de Dino. A ordem do ministro, no entanto, era desnecessária. Bastaria ao Executivo pedir autorização ao Congresso, como fez ao pedir crédito extraordinário para enfrentar as enchentes no Rio Grande do Sul.

Por óbvio, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), considerou "justo" que essas ações sejam excluídas dos limites fiscais. É, para ela, o melhor dos mundos: gastar sem ter de cortar outras despesas ou aumentar a arrecadação, mantendo o discurso de que a meta será cumprida.

A questão é que isso não engana ninguém - ou quase ninguém. Marcos Lisboa enfatizou que o que importa, do ponto de vista fiscal, é o crescimento da dívida.

O arcabouço e a meta, assim como as demais regras e leis que tratam da temática da contabilidade pública, são instrumentos criados para garantir que a dívida se mantenha estável na proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"Cumprir a meta dessa forma não diz muita coisa", afirmou o economista.

"Uma coisa não entra na despesa, outra sai da despesa primária. Se é isso, vamos esquecer o superávit primário, que está se tornando um guia pouco relevante para a preocupação principal, que é o aumento da dívida pública." O governo parece não compreender o sentido do arcabouço e da meta fiscal.

Eles não são um fim em si mesmos. Cumprir-los, no curto prazo, é criar condições para que a dívida bruta pare de crescer no médio e longo prazos.

Se a dívida continuar a crescer, de nada adianta que o arcabouço e a meta tenham sido cumpridos. É prova de que ou eles não funcionaram como deveriam e que eram frouxos já de saída ou de que foram deturpados de forma a entregar um resultado que não condiz com a realidade dos fatos.

Tantas exceções e dribles reforçam a importância de perseguir o centro da meta fiscal, e não seu limite. A banda existe justamente para acomodar imprevistos, como deveria ter sido o caso das chuvas no Rio Grande do Sul. Quando o governo mira no esforço mínimo, precisa recorrer a artimanhas para defender seu cumprimento. Falta combinar com a dívida, mas o problema é que ela não mente.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fraqueza política, despreparo e negacionismo - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Apesar dos bons resultados na economia, o sentimento dos agentes econômicos não é de maior confiança no governo. Pelo contrário. Destaco duas frentes de preocupação que prejudicam o investimento privado.

A mais recente é a inoperância na questão ambiental, apesar de ser um foco de atenção, inclusive de países interessados no investimento e no comércio com o Brasil. E sem bons programas, como contar com a ajuda financeira de países ricos?

Diante do risco crescente de eventos climáticos extremos, a capacidade dos governos de implementar políticas de adaptação e mitigação -com fonte de financiamento adequada -torna-se, cada vez mais, um fator relevante para atrair o investimento privado. Afinal, como investir em áreas mais vulneráveis a eventos extremos?

No Brasil, não se notam avanços concretos nessa agenda e, pior, as ações emergenciais praticamente inexistem.

Houve muitos alertas de especialistas, dentro e fora do país, para o risco de seca e queimadas este ano, especialmente depois das enchentes no Rio Grande do Sul. Seriam eventos correlacionados. A própria ministra Marina Silva, no início de junho, alertou para o risco de grandes incêndios no período de estiagem.

Não houve, porém, planejamento do governo e, tampouco, reação ao desastre instalado.

A resposta veio do Supremo Tribunal Federal. O ministro Flávio Dino determinou que a União mobilize agentes das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional e da fiscalização ambiental para atuar no combate aos incêndios. Posteriormente, Dino determinou a contratação imediata de mais bombeiros.

Mesmo que, porventura, a decisão do ministro tenha sido acordada com o governo, ela alimenta a percepção de letargia e despreparo do Executivo federal.

A proposta de criação de uma autoridade climática,

além de atrasada, não seria a resposta para o quadro de emergência atual. Nada se ouve de mais concreto, com ações coordenadas entre órgãos relevantes e com as esferas subnacionais.

Na Austrália, país que sofre muito com as queimadas, a ação coordenada é uma realidade. A avaliação é que o modelo centralizado é menos eficiente nessas situações, envolvendo maior dispersão de gastos e piores resultados.

Terreno preparado, o ministro Dino autorizou a exclusão das despesas associadas ao combate às queimadas da regra de gastos do arcabouço fiscal, o que livra o governo de cortar outras despesas para cumprir a regra e para atingir a meta de zerar o déficit. A autorização de créditos extraordinários é prerrogativa do Congresso e, mesmo com o envio de medida provisória sobre o tema, a decisão de Dino sugere um governo fraco politicamente.

Temos aqui a ponte para a preocupação de sempre: o baixo compromisso com o ajuste das contas públicas, um fator central a prejudicar a confiança no governo.

O problema desse gasto extra fora do teto do arcabouço é que ele vem na esteira de outras medidas na mesma direção. Estão fora da meta parte dos precatórios, o programa Pé-de-Meia e a ampliação do auxílio-gás - fora o socorro ao RS.

Vale lembrar que há uma margem de tolerância de 0,25% do **PIB** na meta fiscal para lidar com imprevistos, mas que já está comprometida com gastos não obrigatórios que deveriam ser reavaliados.

Não se deve abusar da regra de gastos emergenciais fora do teto. Afinal, se nada se faz para evitar acidentes, tudo vira emergencial.

A forma como o governo pretende entregar a meta de zerar o déficit público importa. O faz de conta pode até evitar os gatilhos de contenção de despesas adiante, caso a meta seja descumprida. Porém, não afasta a percepção de baixo compromisso com a responsabilidade fiscal. Um bom começo será apoiar a revisão de gastos proposta pelo Planejamento.

E preciso criar espaço no orçamento para lidar com questões ambientais e eventos extremos. E o que se

tem hoje é a expansão de gastos, muitos de baixa qualidade.

Há um certo negacionismo quanto às consequências do regime fiscal frágil - aquele que não consegue gerar confiança nos agentes econômicos de que ajustes virão e, no futuro, será possível conter a dívida pública como proporção do **PIB**. As consequências, porém, são concretas, com os juros mais elevados, os do Banco Central e os negociados no mercado.

Fico mais tranquila quando vejo gestores públicos preocupados. Sem isso, preocupados ficamos todos nós.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar recua para R\$ 5,48 antes de Fed e Copom

ISA MORENA VISTA E PAULO RENATO NEPOMUCENO
economia@oglobo.com.br

O dólar fechou ontem em baixa ante o real pela quinta sessão seguida, com os olhos voltados para as decisões de hoje do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) e do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central do Brasil, sobre as taxas de juros nos respectivos países. A moeda americana recuou 0,39%, a R\$ 5,48.

Lá fora, a aposta da maioria dos agentes de mercado é de que o Fed fará um corte agressivo, de 0,50 ponto percentual. No fim da tarde de ontem, a plataforma FedWatch - que monitora as previsões do mercado sobre a taxa de juros americana - mostrou que 65% projetam um corte de 0,50 ponto, enquanto 35% apostam em uma queda de apenas 0,25 ponto percentual.

Por aqui, o debate gira em torno da duração de um novo ciclo de alta da taxa básica de juros, a Selic. Pesquisado jornal Valor mostra que 86% das instituições financeiras e economistas consultados apostam em alta de 0,25 ponto percentual. Apenas 9,5% projetam estabilidade. Essa pode ser a primeira alta da Selic desde agosto de 2022.

A alta de juros no Brasil, somada à queda da taxa nos EUA, favorece a valorização do real.

DE OLHO NOS COMUNICADOS

O mercado também ficará atento aos comunicados que serão divulgados pelas autoridades monetárias dos EUA e do Brasil ao fim desta chamada superquarta.

- Acredito muito que, mais do que as decisões em si, o que vai falar mais com os investidores serão os comunicados e as atas e, em relação aos votos, se vai haver unanimidade entre as autoridades - avalia o diretor de câmbio da Ouro-minas, Elson Gusmão.

Nos Estados Unidos, os investidores acompanharão o discurso do presidente do Fed, Jerome Powell, logo após a divulgação da taxa de juros americana.

Segundo Nano Ino, gestor de renda variável da Western Asset, as palavras de Powell poderão ajudar

o mercado a visualizar a saúde da economia americana, que vem sendo alvo de discussões entre investidores que acreditam em um pouso suave -ou seja, uma redução da **inflação** com o menor peso possível sobre atividade econômica e emprego - e os que ainda temem uma recessão nos EUA.

Nano Ino analisa os efeitos da elevação da Selic sobre as ações por aqui.

- A grande discussão continua a ser o tamanho desse ciclo de alta de juros, onde isso vai parar. Acho que essa é uma outra variável que vai trazer preço para a Bolsa - afirmou.

O Ibovespa fechou ontem em queda de 0,12%, aos 134.960 pontos, e o analista destacou o baixo volume de negócios durante a sessão - apenas R\$ 12,1 bilhões -, mais um indicador de mercado em compasso de espera de Fede Copom.

VALE EPETROBRAS CAEM

O índice da Bolsa também foi pressionado pelas quedas de Petrobras - apesar de uma alta dos contratos futuros do petróleo Brent, a US\$ 73,75 - e Vale, que operou sem a referência das cotações do minério de ferro na China, por conta de um feriado local.

As ações ordinárias da petrolífera estatal brasileira recuaram 0,54%, enquanto as preferenciais caíram 0,40%. Vale ON caiu 0,51%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A VARIÇÃO DO CÂMBIO E AS APOSTAS PARA A SUPERQUARTA



Fed
Ao ano

DE > 5,25% A 5,50%
PARA > 4,75% A 5,0%



Selic
Ao ano

DE > 10,50%
PARA > 10,75%

Fonte: ValorPro, ValorData e FedWatch

EDITORIA DE ARTE

Investimento da União cresce em 2024, mas segue insuficiente



A professora Margarida Gutierrez: "Está todo mundo olhando a dívida pública do Brasil com uma lupa"

Estevão Tair De Brasília

Os investimentos do governo federal alcançaram nos sete primeiros meses de 2024 o maior patamar para o período desde 2016.

Mas, segundo economistas ouvidos pelo Valor, ainda são insuficientes para, de maneira relevante, impulsionar o crescimento econômico ou garantir uma infraestrutura adequada para o país - tarefa que, de resto, cabe em sua maior parte ao setor privado, dadas as limitações fiscais do Brasil. Além disso, mesmo com o aumento recente, os valores investidos pela União seguem abaixo da média dos países desenvolvidos e continuam com pouca transparência.

Entre janeiro e julho deste ano, os investimentos da União alcançaram R\$ 32 bilhões, o maior nível para o período desde 2016. Na ocasião, esses desembolsos atingiram R\$ 36,8 bilhões. Os números, levantados pelo Valor na série histórica da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), estão todos a preços de julho de 2024 e desconsideram inversões financeiras. Em relação ao mesmo período do ano passado, a alta foi de 31,8%.

Na primeira metade da década passada, os investimentos rodavam na casa dos R\$ 50 bilhões anuais. Mas, com a necessidade crescente de medidas de ajuste das contas públicas, que levou à adoção do teto de gastos em 2016, e a dificuldade para cortar despesas obrigatórias, os ajustes fiscais da União foram realizados principalmente em cima de gastos discricionários - aqueles que podem ser cortados livremente, como os próprios investimentos. A rigidez orçamentária no Brasil, com mais de 90% de

gastos obrigatórios, também impõe limites ao volume que o governo consegue investir.

Com isso, houve anos em que o volume investido pela União era insuficiente até mesmo para cobrir a depreciação da infraestrutura federal - o que não acontece mais, com o aumento dos desembolsos nos últimos anos.

A partir das aprovações da Emenda Constitucional (EC) da Transição, no fim de 2022, e do novo arcabouço fiscal para as contas da União, no ano passado, esses desembolsos voltaram a crescer. O arcabouço estabelece piso equivalente a 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para os investimentos do governo federal.

Apresentado no fim de agosto, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 prevê que os investimentos precisarão alcançar pelo menos R\$ 74,3 bilhões.

Para este ano, o piso é de R\$ 69,7 bilhões. Entram na conta os desembolsos do Novo Programa de Aceleração (PAC), lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2023.

"Mas a gente continua com investimentos públicos muito baixos", diz o coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), Manoel Pires.

Ele destaca que no ano passado esses desembolsos ficaram em 0,5% do **PIB**. Levando em conta os investimentos realizados por empresas estatais da União, que "no Brasil muitas vezes viram uma válvula de escape para gastos com infraestrutura", ficam em 2% do **PIB**.

Já os desembolsos médios realizados pelas administrações federais dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estão em torno de 3,5% a 4% do **PIB** - movimento que, "acumulado ao longo dos anos, dá uma diferença muito grande em termos de estoque de capital" entre o Brasil e os países desenvolvidos.

"O caso brasileiro é especialmente grave, porque a gente tem uma infraestrutura muito precária.

Outros países não possuem tanta necessidade de investimento", diz também José Ronaldo de Souza Jr, economista-chefe e sócio da Leme Consultores e professor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc).

Embora os economistas ouvidos pelo Valor defendam que a maior parte dos investimentos venham do setor privado, também afirmam que, muitas vezes, aportes da União são necessários para viabilizar projetos. Souza Jr cita como exemplo a BR-381. Leiloada em agosto pela União, a BR-381 é conhecida como "Rodovia da Morte" e tem obras de alto grau de dificuldade técnica. O leilão estabeleceu que, de um total de 296 quilômetros, 31 quilômetros serão duplicados pelo próprio governo federal.

Embora reconheçam a necessidade de expandir investimentos, os analistas destacam a importância de manter as atuais regras do arcabouço fiscal como forma de evitar maiores desequilíbrios no caixa da União. Atualmente, a dívida bruta do governo geral (DBGG), considerada por diversos economistas como o principal indicador de estoque do endividamento da União, está em 78,5% do **PIB**, segundo o Banco Central. O número representa alta de 6,8 pontos percentuais desde o início do terceiro mandato do presidente Lula.

Além disso, é praticamente unanimidade entre especialistas em contas públicas neste momento que o indicador continuará em alta nos próximos anos. A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado, calcula em seu cenário principal que a DBGG alcançará 100,6% do **PIB** em 2034.

Um terceiro agravante é que o indicador já parte no Brasil de um patamar maior, em relação à grande parte dos emergentes. Conforme divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em março, a dívida bruta do Brasil é mais de 15 pontos superior à média dos países emergentes, só ficando abaixo de Egito, Ucrânia e China.

"Está todo mundo olhando a dívida pública do Brasil com uma lupa", diz Margarida Gutierrez, professora do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead/UFRJ), para quem a União "está usando o cheque especial o tempo todo".

Na avaliação dos economistas ouvidos pelo Valor, a principal maneira de abrir espaço dentro do arcabouço para ampliar os investimentos seriam mudanças nas regras para as despesas obrigatórias da União. Entre as opções sugeridas, estão desvinculação de

benefícios previdenciários e assistenciais dos reajustes do salário mínimo, correção do mínimo apenas pela **inflação**, sem altas reais, e alterações nos pisos constitucionais para gastos com saúde e educação, hoje atrelados à receita. De janeiro a julho, a despesa total da União foi de R\$ 1,325 trilhão, mas só R\$ 32 bilhões foram para o investimento.

Conforme o Valor publicou nas últimas semanas, a equipe econômica debate mudanças nas regras de diversas fontes de pressões de gastos obrigatórios, como seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), abono salarial, Simples Nacional e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). As sugestões só devem ser apresentadas formalmente depois das eleições municipais.

"Um país que possui despesas públicas tão elevadas não pode ter os gastos mais relevantes em termos de externalidades (espécie de efeitos secundários positivos para a economia e o bem-estar) tão baixos", diz Souza Jr, a respeito dos investimentos.

"Toda vez que o Brasil cresce um pouco mais, começa a faltar porto, aeroporto, saneamento, rodovia, ferrovia", afirma Gutierrez.

Um problema adicional apontado é a falta de transparência dos investimentos da União. Entram nos investimentos divulgados mensalmente pela STN as emendas parlamentares, que vêm sendo objeto de discussão entre Executivo, Legislativo e Judiciário justamente pela falta de transparência.

"Contabilmente os gastos estão lançados como investimentos, mas muita coisa acaba entrando nessa rubrica", diz Bruno Lavieri, economista-chefe e sócio da 4intelligence.

"Contabilmente os gastos estão lançados como investimentos, muita coisa acaba entrando nessa rubrica"

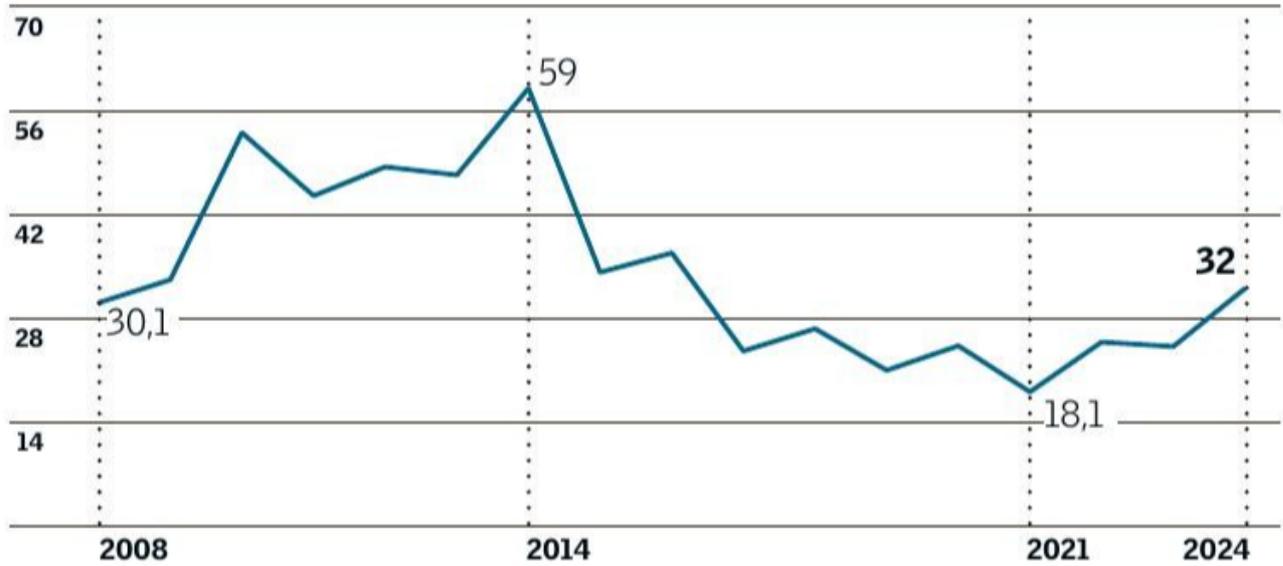
Bruno Lavieri

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187988?page=1§ion=1>

Investimentos da União

Nos primeiros sete meses do ano - em R\$ bi*



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional Elaboração: Valor Data *Em valores de jul/24